Quercus ambiente

Janeiro/Fevereiro 2009 • Ano 5 • n.º33 • www.quercus.pt • Distribuição gratuita

FMBAR

Embalagens de madeira para Produtos Hortofrutícolas

► Página 16 e 17

Entrevista a Gonçalo Vieira Sobre o Ano Polar Internacional

SV

► Página 4 e 5

Quercus faz Balanço Ambiental a 2008

IP

► Página 18 e 19

Aves continuam em declínio

AS-H

► Página 9

Mecenas Principal:

REN Redes Energéticas Nacionais

Mecenas:

2ndmarket Os seus resíduos em boas mãos!

Edital
Aviso Convocatório

Assembleia-Geral Ordinária
Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

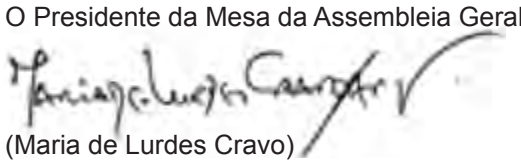
Lisboa, 28 de Março de 2009

De acordo com os Artigos, 15.º e 17º dos Estatutos, convoco todos os associados da Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza para uma reunião ordinária da Assembleia Geral, a realizar na sede da Associação, situada no Centro Associativo do Calhau, Sítio do Calhau, em Lisboa, no dia 28 de Março de 2009 (Sábado), com início às 13:00 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação do balanço, relatório de actividades e contas da Direcção Nacional, bem como do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2008;
2 – Deliberação sobre as linhas de orientação da Associação, estratégia para o mandato dos futuros corpos sociais e apresentação de candidaturas;
3 – Eleição dos órgãos sociais: Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Direcção Nacional e Comissão Arbitral;
4 – Apreciação e votação do plano de actividades e do orçamento para o exercício em 2009.

De acordo com o n.º 2 do Art.º 15.º, a Assembleia Geral reunirá em primeira convocatória, se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito a voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados.

Lisboa, 22 de Dezembro de 2008.
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,



(Maria de Lurdes Cravo)

Assembleias de Núcleo Eleitorais

A Direcção Nacional da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza - recorda os locais e datas da realização das Assembleias de Núcleo Eleitorais:

Núcleo Regional do Algarve
Data: 7 de Fevereiro de 2009
Hora: 15:00 horas
Local: Sede do Núcleo Quiosque Largo de São Luís junto ao Estádio São Luís, Faro.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Nélia Alfarrobinha.

Núcleo Regional de Aveiro
Data: 6 de Fevereiro de 2009
Hora: 20:00 horas
Local: Urbanização de Santiago, Bl. 25 – R/C F, em Aveiro.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Leonel Seroto Rocha.

Núcleo Regional de Beja
Data: 11 de Fevereiro de 2009
Hora: 21:30 horas
Local: Rua Afonso Costa, (vulgo Rua das Lojas), nº 62, em Beja.
Assembleia de Núcleo será presidida por: José Paulo Gonçalves Martins.

Núcleo Regional de Braga
Data: 28 de Fevereiro de 2009
Hora: 15:00 horas
Local: Casa dos Crivos, Rua de S. Marcos, Braga.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Ana Cristina Costa.

Núcleo Regional de Bragança
Data: 25 de Fevereiro de 2009
Hora: 17:30 horas
Local: Moinho do Rio Fervença, perto da ponte "além do rio", Bragança.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Artur Gonçalves.

Núcleo Regional de Castelo Branco e Covilhã
Data: 21 de Fevereiro de 2009
Hora: 15:30 horas
Local: IPJ de Castelo Branco.
Assembleia de Núcleo será presidida por: João Carlos David.

Núcleo Regional de Coimbra
Data: 1 de Fevereiro de 2009
Hora: 21:00 horas
Local: Sede do Núcleo, Urbanização do Loreto, Lote 8, 5º C, Coimbra.
Assembleia de Núcleo será presidida por: António Luís Campos.

Núcleo Regional da Guarda
Data: 28 de Fevereiro de 2009
Hora: 18:30 horas
Local: Central de Camionagem, Guarda.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Ricardo Nabais.
No final da Assembleia haverá um jantar convívio com todos os sócios presentes.

Núcleo Regional de Lisboa
Data: 4 de Abril de 2009
Hora: 15:30 horas
Local: Sede Nacional da Quercus, Centro Associativo do Calhau, Bairro do Calhau, Parque Florestal de Monsanto, Lisboa.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Ana Cristina Figueiredo.

Núcleo Regional do Litoral Alentejano
Data: 28 de Fevereiro de 2009
Hora: 11:00 horas
Local: Sede do Núcleo, Moinho Novo da Galiza, Santo André.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Dário Cardador.

Núcleo Regional da Madeira
Data: 6 de Fevereiro de 2009
Hora: 19:00 horas
Local: Centro de Educação Ambiental de Machico, Mercado Municipal, Largo da Praça, Machico.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Idalina Perestrelo Luís.

Núcleo Regional de Portalegre
Data: 12 de Fevereiro de 2009
Hora: 18:00 horas
Local: Escola Secundária São Lourenço, Portalegre.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Nuno Sequeira.

Núcleo Regional do Porto
Data: 28 de Fevereiro de 2009
Hora: 15:00 horas
Local: Quinta da Gruta, Rua João Maia, 540. Avioso (Sta. Maria), Maia
Assembleia de Núcleo será presidida por: Ricardo Marques.

Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura
Data: 27 de Fevereiro de 2009
Hora: 21:30 horas
Local: Centro de Educação Ambiental de Ourém.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Domingos Patacho.

Núcleo Regional de São Miguel
Data: 4 de Fevereiro de 2009
Hora: 17:30 horas
Local: Rua de São Miguel, 42, Ponta Delgada.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Luís Manuel Barreiro Gomes

Núcleo Regional de Setúbal
Data: 1 de Março de 2009
Hora: 15:00 horas
Local: Sede do Núcleo, Rua das Oliveiras, nº47, r/c esq, Setúbal.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Carla Graça.
A Assembleia será precedida de um almoço-convívio, em local ainda a designar.
Os interessados em participar deverão contactar o Núcleo de Setúbal para: setubal@quercus.pt ou 931603256.

Núcleo Regional da Terceira
Os Sócios disponíveis para dinamizar este Núcleo deverão entrar em contacto com a Direcção Nacional da Quercus através dos seguintes contactos: quercus@quercus.pt ou 217788474.

Núcleo Regional de Viana do Castelo
Data: 7 de Fevereiro de 2009
Hora: 15:00 horas
Local: Rua Infante D. Henrique, 72 - 2º esq. Viana do Castelo
Assembleia de Núcleo será presidida por: Pedro Correia

Núcleo Regional de Vila Real e Viseu
Data: 1 de Março de 2009
Hora: 15:00 horas
Local: Sede do Núcleo, Bairro da Araucária, Bloco G, Cave 7, Vila Real.
Assembleia de Núcleo será presidida por: João Branco.

Lisboa, 4 de Novembro de 2008
O Presidente da Direcção Nacional
Hélder Spínola

Edital Aviso Convocatório

ALTERAÇÃO

Assembleias de Núcleo de GUARDA e LISBOA

Dada a indisponibilidade superveniente dos Presidentes designados para as Mesas das Assembleias de Núcleo de Guarda e Lisboa nas datas inicialmente marcadas, são dadas sem efeito as convocatórias referentes a estes dois Núcleos publicadas na última edição do Jornal Quercus Ambiente (Nº32 Novembro/Dezembro de 2008), definindo-se novas datas conforme abaixo descriminado.
De acordo com os estatutos da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, convocam-se todos os sócios constantes como inscritos na área geográfica dos Núcleos da Guarda e de Lisboa para as respectivas Assembleias de Núcleo Eleitorais, a realizar nas datas e locais abaixo listados, com a seguinte ordem de trabalhos:
1. Apresentação e votação de relatório de actividades referente a 2008.
2. Apresentação das contas do Núcleo referentes ao exercício de 2008.
3. Eleição da Direcção de Núcleo.
4. Apresentação e votação de programa de actividades para 2009.

Datas e locais das Assembleias de Núcleo:
Núcleo Regional da Guarda
Data: 28 de Fevereiro de 2009
Hora: 18:30 horas
Local: Central de Camionagem, Guarda.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Ricardo Nabais.
No final da Assembleia haverá um jantar convívio com todos os sócios presentes.

Núcleo Regional de Lisboa
Data: 4 de Abril de 2009
Hora: 15:30 horas
Local: Sede Nacional da Quercus, Centro Associativo do Calhau, Bairro do Calhau, Parque Florestal de Monsanto, Lisboa.
Assembleia de Núcleo será presidida por: Ana Cristina Figueiredo.
De acordo com o estipulado no ponto 2 do Artigo 15º, a Assembleia reunirá em primeira convocatória, se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito a voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados.

Lisboa, 8 de Janeiro de 2009
O Presidente da Direcção Nacional
Hélder Spínola

Protocolo Quercus / UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Condomínio da Terra no Brasil

No passado dia 1 de Dezembro a Quercus, representada por Hélder Spínola, Presidente da Direcção Nacional da Quercus, e a UNEB – Universidade do Estado da Bahia, representada pelo seu magnífico Reitor Lourisvaldo Valentim da Silva, assinaram um protocolo de parceria cujo objecto visa a coordenação e divulgação do conceito de Condomínio da Terra, no Brasil, nomeadamente através da aplicação e dinamização de acções que cuidem das partes comuns do planeta.

DR

Assinatura de Protocolo entre a QUERCUS, representada por Hélder Spínola (Presidente da Direcção Nacional) e a UNEB - Universidade do Estado da Bahia, representada pelo magnífico Reitor Lourisvaldo Valentim da Silva.

A QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza, iniciou recentemente um novo projecto denominado "Condomínio da Terra" que visa compatibilizar os sistemas jurídico e económico com o Sistema Natural Terrestre.

Os princípios fundamentais desta proposta estão elencados na Declaração de Gaia, e os seus fundamentos teóricos no Livro "Condomínio da Terra – Das Alterações Climáticas a uma Nova Concepção Jurídica do Planeta" da autoria de Paulo Magalhães.

A Universidade do Estado da Bahia - UNEB, diante da sua multicampia, é um locus potencial para uma acção integrada e multidisciplinar em relação às questões que envolvem o nosso Planeta na contemporaneidade, especificamente, aquelas que materializaram os limites da sustentabilidade das acções humanas sobre a Terra.

O desenvolvimento de projectos que assumam o debate da crise ambiental global devem ser acolhidos no seio dos centros de intervenção, produção e difusão de tecnologias e conhecimentos, cujo imperativo planetário é que sejam economicamente viáveis, ecologicamente correctos, socialmente justos e referenciados.

Estes objectivos comuns, são oportunidades únicas e pioneiras de envolvimento de ambas instituições, na procura de uma nova ordem mundial em que a vizinhança global revelada pela crise ambiental, passe a fazer parte integrante da formação das novas gerações, com o objectivo de se atingir um acordo global de cidadãos e instituições que preconize a gestão global da nossa Casa Comum - O Planeta.

Assim, a QUERCUS e a UNEB, celebraram um protocolo de parceria, pelo período de três anos, que se rege por objectivos e competências que visam coordenar e divulgar o conceito Condomínio da Terra. No âmbito do protocolo estabelecido, a UNEB passou a ser a representante legal, no Brasil, para a divulgação e implementação deste princípio.

O protocolo foi assinado no decorrer do Seminário "Projecto Casulo / Condomínio da Terra" onde o impulsionador do princípio Condomínio da Terra, Paulo Magalhães, realizou uma comunicação de apresentação dos objectivos e perspectivas futuras desta nova abordagem.

EDITORIAL

A crise e o ambiente

Hélder Spínola
Presidente da Direcção Nacional da Quercus

Não se fala de outra coisa. A crise económica e financeira domina as conversas e as notícias de todos os dias e todos se preparam, pelos vistos apenas psicologicamente, para um ano 2009 difícil que pode agravar ainda mais a situação a nível nacional e internacional. Primeiro foi o petróleo com preços de "montanha russa" que tão depressa subiram como desceram (provavelmente voltarão a subir no futuro) e depois o colapso e enfraquecimento das instituições bancárias que, como do dia para a noite e sem aviso prévio, passaram de momentos áureos de grandes lucros para uma morte súbita traduzida em falências, nacionalizações e ajudas por parte dos Estados. Neste início de 2009 chega definitivamente a recessão com indicações de que andará por aí durante algum tempo.

Neste cenário de grande instabilidade económica e financeira mas também de receio por parte de cidadãos, empresas e organismos públicos em manter uma situação de business as usual, que esperar em relação às preocupações ambientais?

Nas últimas décadas tivemos no país e no mundo momentos de grande preocupação em relação à saúde financeira da nossa sociedade ocidental e nesses momentos as questões ambientais foram, pura e simplesmente, esquecidas ou adiadas. Poderá acontecer o mesmo agora? É sabido que quando determinados aspectos básicos da nossa sobrevivência estão em causa, quer no plano individual quer colectivo, concentramo-nos na sua resolução e esquecemos o resto. Se não temos disponibilidade de alimentos ou somos afectados por uma doença grave concentramo-nos na resolução desses problemas que afectam a nossa sobrevivência e esquecemos todos os outros que não ameaçam o nosso imediato. Quando um país está em guerra aberta todo o seu esforço é dirigido para esse conflito, os governos e os cidadãos esquecem todos os aspectos que não estejam relacionados com o objectivo de vencer o inimigo e manter a sua integridade.

Mas algo poderá ser diferente. A actual crise não depende apenas de factores económicos e financeiros, está também intimamente relacionada com as falhas de todo um sistema sócio-económico baseado na especulação, desperdício e consumo exagerado de recursos. A crise decorre da construção de todo um sistema social insustentável que apenas reage para o imediato e não acautela o desenvolvimento sustentável. Esta crise atinge uma sociedade ameaçada por graves problemas globais, como é o caso das alterações climáticas, mas também já alertada para as suas elevadas consequências sociais e económicas caso não sejam tomadas medidas urgentes.

No início deste ano o presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, preocupado com a crise económica e o aumento do desemprego referiu a aposta no ambiente e nas energias renováveis como contributo para ultrapassar essa situação. As empresas com o propósito de reduzir os seus custos de produção procuram reduzir os consumos de energia e de outros recursos tornando-se mais eficientes. As mesmas empresas sentem a necessidade de valorizar os seus resíduos de modo a que deixem de ser um custo e passem a ser mais uma forma de obter dividendos, nomeadamente através da reutilização ou da reciclagem.

Em vez de uma ameaça ao ambiente, esta crise poderá ser uma oportunidade de mudança estrutural na nossa sociedade que provoque uma aliança entre os interesses económicos, sociais e ambientais e construa a sustentabilidade nesse contexto tridimensional. Mais uma vez, se realmente queremos está mudança profunda teremos de a aplicar na realidade do dia a dia, a começar pelas nossas vidas pessoais, revendo as nossas opções, hábitos e comportamentos e adoptando as boas práticas ambientais, sociais e económicas que estão cada vez mais divulgadas. Tudo se resume a uma boa dose de motivação e bom senso. Seremos capazes?

As alterações climáticas tornaram-se uma realidade ameaçadora para todos os povos do planeta

DR

Apresentação do conceito Condomínio da Terra por Paulo Magalhães

Não obstante o aumento de consciencialização dos problemas ambientais, as soluções são ainda muito tímidas para revertê-los e a maior das injustiças seria a desarticulação das possibilidades das gerações futuras usufruírem de um planeta onde possam efetivamente viver.

Entre o espaço físico da crosta terrestre, o mar, a atmosfera e os seres vivos existem profundas e intricadas interligações que sustentam a vida e que fazem o planeta funcionar como um único sistema vivo;

A Biosfera possui bens que circulam de forma incerta e permanente ao nível planetário e, por isso, Atmosfera, Hidrosfera e Biodiversidade são material e juridicamente indivisíveis;

Todos os povos estão em contacto directo com estes bens, dos quais todos são funcionalmente dependentes, e nenhum cidadão ou Estado se pode excluir do seu consumo, podendo todos, individual ou colectivamente, afectá-los de forma positiva ou negativa;

O uso em excesso destes bens ambientais provoca sempre um prejuízo a todos os outros e reflexamente em si próprio, sendo necessário criar um sistema económico que potencie a redução desse uso, assegure a conservação dos ecossistemas remanescentes e promova a recuperação da integridade dos ecossistemas destruídos, incrementando desta forma o volume dos serviços ecológicos vitais;

A nossa economia só atribui valor à natureza depois de um processo de destruição/transformação e não pelo valor de todos os serviços ecológicos que os ecossistemas prestam;

Não existe um sistema que repercuta na economia a subtracção da riqueza que constitui o uso dos bens vitais comuns, e essa inexistência origina um uso competitivo com trágicas consequências;

É necessário conciliar a tensão existente entre a necessidade comum a todos os povos, de posse de um território definido e delimitado, e a unidade interdependente do planeta;

O sistema jurídico que articula e compatibiliza a propriedade individual com a compropriedade das partes indivisíveis, e ao mesmo tempo assegura um sistema financeiro de cuidado das partes comuns, é o sistema jurídico do Condomínio;

O único critério válido e proporcionador de algum consenso no uso de bens comuns, será o critério da distribuição equitativa per capita, de uma quota-parte da Atmosfera, da Hidrosfera e da Biodiversidade;

Do direito inalienável de uso de bens comuns por parte de cada indivíduo, deriva um correlativo dever de uso sustentável destes bens por parte de cada geração.

Que todos somos condóminos deste planeta, e que este condomínio está ainda desorganizado e sem administrador.

Entrevista

a Gonçalo Vieira

sobre o Ano Polar Internacional

Um "Programa Polar" com futuro

"Gonçalo Vieira é doutorado em Geografia Física, coordenador do grupo de investigação que se dedica ao estudo da Antárctida e das alterações climáticas do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa e Ponto de Contacto Nacional do Comité Português para o Ano Polar Internacional. Ao Quercus Ambiente falou da participação portuguesa no Ano Polar, da importância ambiental dos pólos, do que por cá já se faz e das apostas necessárias para o futuro."

Sofia Vilarigues

SOFIA VILARIGUES

É a primeira vez que Portugal participa num Ano Polar Internacional. De que modo é que se concretizou esta participação?

Portugal não tem uma tradição de investigação nas regiões polares, pelo menos longa. As primeiras missões portuguesas, na realidade não portuguesas mas missões em que colaboraram portugueses, decorreram na década de setenta e começaram com o Professor Luiz Saldanha, da Faculdade de Ciências.

De biologia marinha?

Sim, esse Saldanha. Ele participou nas expedições francesas. Depois, durante mais de uma década deixaram de haver colaborações. E, a partir dos anos 90, as colaborações tornaram-se mais sistemáticas, em particular na Antárctida, com o programa inglês e com o programa espanhol. Portanto, nunca houve um enquadramento oficial para fomentar a ciência polar.

Então, por volta de 2004, quando começou a ser mais discutido na comunidade científica a possibilidade de vir a transformar o biénio Março de 2007/2009 no Ano Polar Internacional, nós, em reuniões e congressos sobre a Antárctida em que participámos, apercebemo-nos desta realidade e considerámos que era a oportunidade para surgir um enquadramento a nível oficial, a nível do Estado e da ciência polar portuguesa. Porque víamos que todos os outros países tinham um interesse pela investigação fomentado a partir de cima, a partir do Governo, e Portugal não tinha. Juntámo-nos, falámos com o Comité Internacional para o Ano Polar, em 2004, e montámos um pré-comité para o Ano Polar Internacional. Um comité hadoc em que estava eu, estava o Professor Adelino Canário, que envolveu outros investigadores como o Professor Mendes-Victor e o José Xavier. Começámos assim a delinear uma estratégia para o Ano Polar Internacional. Contactámos a FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia e conseguimos obter a chancela do Governo no início de 2006. A FCT reconheceu no Comité a representação nacional para as comemorações do Ano Polar Internacional. O Comité organizou-se então oficialmente como um grupo de investigadores representativos de toda a comunidade que trabalhava nas regiões polares. Tem actualmente 10 membros. É presidido pelo professor Mendes-Victor, do Centro de Geofísica da Universidade de Lisboa, e eu sou o Contacto Nacional. Estamos agora numa fase em que vai haver uma restruturação do Comité, porque o Ano Polar está a acabar, e em que vai ser integrada mais gente.

As funções do Comité foram basicamente as de promover a ciência polar em Portugal. Estabelecemos quatro objectivos gerais. Esses objectivos estão ilustrados num pequeno livro, que editámos em português e em inglês, "A Estratégia Científica Portuguesa para o Ano Polar Internacional" e que foi lançado em Novembro de 2006.

Quais eram esses quatro objectivos?

Aquele que nos moveu desde o início foi a assinatura do Tratado da Antárctida. É contudo uma iniciativa em que a comunidade científica pode dar um empurrão mas é, na realidade, uma decisão política. Fizemos

vários contactos com o Governo, essencialmente através do Ministério da Ciência e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, no sentido de avançar com a assinatura do Tratado. Chamámos, também, a atenção da opinião pública para a importância do Tratado. Entretanto, o partido "Os Verdes" soube também deste nosso objectivo e fez uma proposta à Assembleia da República, que foi aprovada por unanimidade em Fevereiro de 2007. Presentemente, a informação que eu tenho é que o Tratado vai ser assinado em breve, que já estão a ser dados os passos finais para a sua assinatura.

O segundo objectivo era criarmos uma estrutura que organizasse a comunidade científica portuguesa. Actualmente já temos esta estrutura montada, é o Comité. E essa estrutura devia estar ligada a um programa oficial, como vários países têm, os chamados programas polares, que são programas de fomento da investigação. Fizemos uma proposta à FCT para a criação de um programa polar. E esse programa foi aprovado e está actualmente em curso. Temos 5 projectos de investigação e criámos o Portal Polar.

O terceiro objectivo era que Portugal integrasse um organismo que é muito importante para a questão da Antárctida que é o SCAR - Scientific Committee on Antarctic Research. Preparamos uma proposta, em Junho de 2006 formalizamos o pedido de adesão e fomos aceites por unanimidade, como membros do SCAR. E isso é muito importante porque o SCAR é que define quais é que são as prioridades de investigação científica na Antárctida e tem também programas de bolsas, e permite à comunidade científica estar integrada no esforço internacional que se está a fazer.

O quarto objectivo era conseguirmos transmitir à sociedade qual a importância das regiões polares. Para isso, submetemos uma proposta ao Ciência Viva, e fizemos um projecto, o Latitude 60, que acabou em Setembro último. Foi um projecto grande, que envolveu o Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve, o Centro de Estudos Geográficos, a Associação de Professores de Geografia, mais de duzentas escolas de todo o país e mais de quatrocentos professores. Organizámos um concurso em que participaram cerca de 8 mil alunos e levámos 7 estudantes à Antárctida. Fizemos um evento que foi o Fim-de-Semana da Ciência Polar, no Pavilhão do Conhecimento, em que estiveram presentes 7 mil pessoas. Tivemos e vamos continuar a ter uma iniciativa que é o diário de campanha, em que directamente da Antárctida enviamos os nossos diários. Respondíamos a perguntas, postas por crianças das escolas, directamente da Antárctida. Temos, também, produção de materiais didácticos, para integração nos currículos. Alguns deles já estão no Portal Polar.

GV

Gostaria de falar um pouco da sua experiência neste âmbito da ciência polar?

A minha participação em campanhas na Antárctida iniciou-se com a campanha antárctica espanhola de 99/2000. Foi a primeira vez que participei num projecto de física em que se estudava o solo gelado, o permafrost, que é a minha área de investigação. O que nós fazemos, no estudo do solo gelado, é ver de que maneira é que as alterações climáticas estão a influenciar a evolução desse solo. Voltei à Antárctida durante a campanha de 2005/2006. E a partir dessa altura, depois de ter o doutoramento, comecei a fazer um esforço para organizar um grupo de investigação, aqui no Centro de Estudos Geográficos, dedicado ao estudo do permafrost. A partir da campanha de 2005/2006 comecei assim a coordenar a investigação com mais gente. Temos vindo a crescer. Este ano estou a coordenar um projecto, que é já do Programa Polar, e vamos enviar 5 pessoas. Neste momento temos um grupo formado. O Centro de Estudos Geográficos organiza-se em áreas de investigação, formámos uma área de investigação e temos um grupo que trabalha mesmo só sobre a Antárctida.

GV

Qual a importância dos conhecimentos das regiões polares para o estudo de questões ambientais, nomeadamente as alterações climáticas?

Há algumas ideias que são ideias chave, que têm a ver com o facto do sistema climático ser um sistema muito complexo e estar muito ligado àquilo que se passa nas regiões polares. Ou seja, as regiões polares acabam por ser o motor de uma série de fenómenos relacionados com o sistema climático, não só ao nível da atmosfera mas também ao nível dos oceanos. O exemplo mais claro para os portugueses é o da subida do nível do mar. A subida do nível do mar está condicionada por um lado pela expansão térmica dos oceanos e, por outro, com a fusão dos grandes glaciares das regiões polares. Portanto, grande parte do investimento actual na ciência polar está a ser feito na monitorização e na modelação do que pode acontecer na Antárctida e na Gronelândia, com as grandes massas de gelo. Isto em relação à subida do nível do mar. Depois há problemas ligados com as correntes oceânicas. Por exemplo, a influência do degelo do Árctico na circulação oceânica global, em particular ao nível do Atlântico Norte mas que tem consequências globais. Há também um outro aspecto que é o albedo, a reflexão da radiação solar, quanto menos neve e gelo existe, menor é a quantidade de radiação que é reflectida de volta para a atmosfera, e portanto essa é uma das retroacções importantes. E, na área em que nós trabalhamos fundamentalmente, temos o permafrost.

O permafrost é menos conhecido. Qual a sua importância?

A importância do permafrost está essencialmente na região árctica. É pouco conhecido, 25% da superfície dos continentes no Hemisfério Norte tem permafrost. Portanto é uma área muito grande, no Árctico Canadiano, Alasca, Sibéria, Planalto do Tibete. E o grande problema no Árctico é que esse permafrost tem um teor em matéria orgânica muito elevado. Existem grandes quantidades de matéria orgânica congelada no solo. E, apesar de haver estimativas, não há valores ainda bem conhecidos. O que acontece é que com o aumento das temperaturas globais, que se tem vindo a sentir, o permafrost está a aquecer. E, nalguns locais, esse aquecimento faz com que seja ultrapassado o ponto de fusão, o solo gelado deixe de estar gelado e comece a haver decomposição da matéria orgânica. Com a decomposição vai haver libertação de metano e dióxido de carbono, que é um aspecto que só muito recentemente, há poucos anos, é que foi identificado como sendo uma retroacção positiva importante no sistema climático.

GV

Que avaliação faz deste Ano Polar Internacional?

Internacionalmente o Ano Polar tem sido muito bem sucedido. O Ano Polar é um movimento gigantesco, é mesmo o maior evento científico que já foi organizado. Envolve 60 países e mais de 50 mil investigadores e técnicos e projectos científicos chave. E, portanto, há uma grande satisfação a nível internacional com o que tem sido conseguido.

Em Portugal nós estamos muito satisfeitos. Todos os nossos objectivos foram cumpridos ou estão em vias de ser cumpridos.

A Comissão Europeia adoptou recentemente um documento que define as bases da política da União Europeia para o Árctico. Poderia avançar alguma perspectiva sobre esta iniciativa?

Sim. Eu sou representante num organismo que é o European Polar Board, que é uma estrutura científica da União Europeia, da European Science Foundation. A 9 e 10 de Novembro passado, houve uma reunião no Mónaco, promovida pela presidência francesa e patrocinada pelo principado do Mónaco, em que foram convidados uma série de especialistas europeus em questões polares para um seminário. Foram aí apresentados e debatidos os principais problemas ambientais do Árctico, na perspectiva biológica, na perspectiva das mudanças climáticas, na perspectiva da população que vive no Árctico, dos recursos naturais. A apresentação foi feita e num dos dias houve um painel de especialistas que fizeram comentários às apresentações e cada um dos temas teve depois um responsável por fazer uma síntese. Essa síntese foi, no dia seguinte, apresentada aos representantes de diversos países da União Europeia. Da reunião ministerial saiu um documento, uma carta de intenções, em que se chamava a atenção para a importância da União Europeia investir do ponto de vista científico no Árctico. Essencialmente devido à problemática das alterações climáticas e ao facto de ser o Árctico a região da Terra que está a sofrer mudanças mais rápidas, ao nível da temperatura e dos impactos que tem sobre a criosfera, sobre a fauna, e também sobre as populações. Na sequência disso, a Comissão Europeia lançou esse documento, em que se define esta estratégia e esta série de intenções, tendo em conta a importância do Árctico no futuro da Europa.

O que vai acontecer a partir de agora em Portugal?

Em Portugal, neste momento estamos a tentar basicamente consolidar o Programa Polar que se iniciou. Portugal tem uma grande dificuldade, que eu não mencionei. Em termos de investigadores temos know how, temos massa crítica e o facto é que estamos integrados em projectos onde somos convidados internacionais, mas não temos nem uma base polar nem um navio que nos leve lá, nem um avião que ajude a fazer o transporte, portanto estamos totalmente dependentes de logística estrangeira. Isto não quer dizer que nós queiramos pôr uma base na Antárctida ou no Árctico, o que quer dizer é que nós precisamos de ter protocolos com países que já desenvolvem ciência polar. Neste momento essa é a abordagem que Portugal pretende ter. De maneira a possibilitar que haja um Programa Polar com futuro.

E para finalizarmos a nossa entrevista, há algo que gostasse de destacar?

Sim. Há algo que não referi e que também é importante: aderimos já ao European Polar Board. Portugal não estava representado neste organismo. Com base nessa adesão conseguimos, nomeadamente, integrar um consórcio científico, que na realidade é um consórcio de agências de financiamento de investigação, que lançou para programas polares a Polar Climate, em Setembro, que visa financiar projectos europeus para estudos do clima polar ou da influência do clima polar noutros sistemas.

Projecto Parque Alqueva

Governo emitiu Despacho de Utilidade Pública a Projecto Privado

Quercus requer impugnação do Despacho de Utilidade Pública deste Projecto Privado

Direcção Nacional da Quercus

IDALINA PERESTRELO

O Governo através do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas e do Secretário de Estado do Comercio, Serviços e Defesa do Consumidor, aprovou o Despacho n.º 21807/2008, de 21 de Agosto de 2008, reconhecendo a Imprescindível Utilidade Pública deste projecto turístico-imobiliário privado promovido pela SAIP – Sociedade Alentejana de Investimentos e Participações SGPS, S.A., para que possa ser aprovada a destruição de mais de 6484 azinheiras em 240 hectares de povoamento, sem que tenham sido avaliadas alternativas de localização ao empreendimento, violando a legislação aplicável.

Quercus avança com novo processo contra projecto do Parque Alqueva

A Quercus instaurou no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, no inicio deste mês, uma providência cautelar de suspensão de eficácia da Declaração de Imprescindível Utilidade Pública e uma acção administrativa especial de impugnação da DIUP, contra o Ministério da Agricultura e Ministério da Economia para salvaguarda dos povoamentos de azinheira legalmente protegidos.

Defende a Quercus que o Governo não pode emitir uma Declaração de Imprescindível Utilidade Pública, para um projecto eminentemente privado como é o caso do Parque Alqueva, e como foi o caso do projecto Portucale, também declarado de Utilidade Publica por anterior Executivo.

Considera a Quercus que o impacte da construção deste mega-empreendimento, a implicar a destruição de mais de 200 ha de montado de azinho centenário, não é compensável com a plantação de jovens árvores que demorariam várias décadas até atingir um porte adulto.

Apesar de não terem sido avaliadas alternativas de localização do Projecto Parque Alqueva, conforme decorre da legislação aplicável, o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa decidiu recentemente ser improcedente a providência cautelar que requeria a suspensão de eficácia da Declaração de Impacte Ambiental efectuada pelo Governo para o Projecto Parque Alqueva. Entretanto, a Quercus está a avaliar recorrer desta Decisão.

DR

O Modelo de Desenvolvimento Turístico do projecto Parque Alqueva é baseado num turismo de massas, com a construção de vários Aldeamentos Turísticos e campos de golfe numa zona sensível e será efectuado à custa do abate de centenas de hectares de montado de azinho adulto e em bom estado vegetativo.

O Projecto Parque Alqueva foi reconhecido pelo Governo como projecto de Potencial Interesse Nacional (PIN), incluído na área do novo Plano de Pormenor do Parque Alqueva, o qual integra três grandes herdades afastadas entre si, a "Herdade das Areias", "Herdade do Postoro" e a "Herdade do Roncão del Rey" num total de mais de 2000 hectares de território dominados por montados de azinho e onde a construção poderá atingir as 17.000 camas.

O Modelo de Desenvolvimento Turístico do projecto Parque Alqueva é baseado num turismo de massas, com a construção de vários Aldeamentos Turísticos e campos de golfe numa zona sensível e será efectuado à custa do abate de centenas de hectares de montado de azinho adulto e em bom estado vegetativo.

A Quercus defende a conservação dos povoamentos de azinho e sobro, protegidos legalmente pelo D.L. nº 169/2001, devido à sua importância económica, social e ambiental, pelo que discorda do parecer favorável à execução deste tipo de empreendimentos privados, emitido pelos Serviços da Autoridade Florestal Nacional.

A Quercus relembra que emitiu sempre pareceres negativos à alteração ao Ordenamento do Território para este projecto, nomeadamente no âmbito da discussão pública do Plano de Pormenor do Parque Alqueva e, também, na fase de discussão pública da Avaliação de Impacte Ambiental do Projecto Parque Alqueva, em Fevereiro deste ano.

Esperamos que a Autoridade Florestal Nacional não autorize o abate dos milhares de azinheiras para a execução deste projecto, aguardando entretanto que seja feita justiça.

Leycesteria formosa

Planta invasora em São Miguel - Açores

Raimundo Quintal

RAIMUNDO QUINTAL

Leycesteria formosa

No passado dia 15 de Novembro, realizei, com os "Amigos dos Açores", o percurso pedestre entre o Monte Escuro e a Lagoa do Congro, com passagem pela Lagoa do Areeiro.

Conheço a área em causa desde 1993, ano em que realizei para a RTP a série de documentários "Madeira e São Miguel à Luz da Geografia", tendo ali voltado mais algumas vezes, a última das quais em Abril de 2003. No intervalo de 5 anos que mediou as últimas duas visitas, a flora daquela área sofreu uma preocupante alteração devido à invasão duma espécie arbustiva de folha caduca, a Leycesteria formosa, da família Caprifoliaceae, que em São Miguel ainda não tem nome popular, mas que na literatura inglesa da especialidade é referenciada como 'Purple Rain' ou 'Hymalayan Honeysucke'.

Esta 'Madressilva dos Himalaias' é oriunda da mesma região do globo da mais agressiva invasora da vegetação micaelense, a Conteira (*Hedychium gardnerianum*).

A *Leycesteria formosa* atinge dois metros de altura, é bastante popular nos jardins ingleses e deve ter sido importada como planta ornamental. Possui flores pequenas e brancas, envolvidas por brácteas avermelhadas, dispostas em cachos pendentes bastante atractivos.

Em São Miguel floresce muito bem no Verão e frutifica abundantemente. Os frutos são bagas purpúreas quando maduras, com 1 cm de diâmetro, doces e muito apreciadas pelos pássaros, que dispersam as sementes, que germinam muito facilmente em locais com boa exposição solar ou meia sombra. É uma espécie de crescimento rápido, muito rústica quanto a solos e que suporta ventos fortes desde que não sejam carregados de sal.

Segundo testemunho de alguns amigos, que com frequência visitam a Lagoa do Congro, foi especialmente nos últimos dois anos que a espécie invadiu os taludes e as bermas dos caminhos, chegando a ocultar as hortênsias (*Hidrangea macrophylla*).

Na Segunda-feira, 17 de Novembro, ao longo da estrada entre as Caldeiras da Ribeira Grande e as Lombadas, detectei a presença da Leycesteria formosa, embora em muito menor densidade.

Na Terça-feira, 18 de Novembro, voltei a encontrar aquele arbusto dos Himalaias nas matas à volta da Lagoa das Furnas. É importante referir que a Leycesteria formosa não faz parte da longa lista de plantas invasoras à escala mundial, integrantes do livro de Quentin Cronk e Janice Fuller, "Plant Invaders", publicado em 1995, com o apoio de da UNESCO e do WWF.

Posteriormente tem vindo a ser referenciada como espécie invasora na Nova Zelândia e na Austrália (http://www.hear.org/gcw/species/leycesteria_formosa).

O botânico sueco Erik Sjögren, no livro "Açores – Flores", publicado em 1984, trata o *Hedychium gardnerianum*, o *Solanum mauritianum,* a *Gunnera tinctoria* e o *Pittosporum undulatum* como espécies invasoras, mas não faz qualquer referência à Leycesteria formosa, o que leva a crer que há 25 anos não passaria duma planta de jardim, com uma presença muito discreta na paisagem micaelense.

Em 2002, no livro "Flora of the Azores – a Field Guide", Hanno Schäfer já refere a Leycesteria formosa como uma planta que tinha escapado ao cultivo ornamental e que se tornara comum em taludes e beiras de estradas. Informava, ainda, que as sementes desta invasora recente eram importante alimento do Priôlo (*Pyrrhula murina*).

Pelo que tive oportunidade de observar, e pelos relatos de amigos que têm percorrido a pé a ilha de São Miguel, as populações de Leycesteria formosa têm crescido muito rapidamente nos últimos anos. Atendendo ao impacto desta invasora nas formações vegetais da maior ilha do arquipélago dos Açores, o Governo Regional deve, urgentemente, delinear uma estratégia para a sua erradicação antes que se torne irreversível como o Hedychium gardnerianum.

RAIMUNDO QUINTAL

A Leycesteria formosa nos últimos dois anos cobriu as bermas dos caminhos que envolvem a Lagoa do Congro, chegando a ocultar as Hortênsias (Hydrangea macrophylla)

RAIMUNDO QUINTAL

Os caminhos de acesso à Lagoa do Areeiro estão literalmente invadidos pela Leycesteria formosa

Atitudes

Estuário do rio Douro – Reserva Natural Local

O Estuário do Douro está prestes a tornar-se a primeira reserva natural local de Portugal, graças ao novo Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (Decreto-lei n.º 142/2008), publicado em 24 de Julho passado, e à rápida actuação do Município de Gaia que, logo em Agosto, aprovou a constituição desta área protegida.

DR

Nuno Gomes Oliveira*

A gestão desta reserva natural local será exercida pelo Parque Biológico de Gaia, que contempla no seu plano anual de gestão e investimento, já para 2009, os meios humanos e materiais necessários à prossecução dos objectivos da área protegida.

A parte final do Estuário do Douro — nomeadamente o Cabedelo, a zona que resta do sapal e a área de areias que cobrem e descobrem com as marés — apresenta condições favoráveis para o abrigo e nidificação de muitas aves, algumas de espécies de conservação prioritária, nos termos da Directiva comunitária Aves (79/409/CEE).

Particularmente no Inverno, podemos ali observar, frequentemente, centenas de limícolas e outras aves. Durante as migrações as areias do estuário servem de abrigo e alimentação a muitas outras espécies diversas nidificam nas areias e dunas do Cabedelo e na ilhota existente no Estuário.

O Cabedelo constitui um importante elemento natural de defesa do estuário contra o avanço do mar, particularmente em situações de temporal, pelo que importa reforçar e estabilizar o seu cordão dunar.

Também do ponto de vista de flora se podem encontrar algumas plantas protegidas, como a Jasione maritima (Duby) Merino var. sabularia (Cout.) Sales & Hedge, a Centáurea sphaerocephala L. subsp. polyacantha (Willd.) Dostál e outras.

No entanto, algumas actividades humanas ali praticadas sem regra inutilizam esse potencial e degradam um habitat natural que é considerado, também, de conservação prioritária pela Directiva comunitária Habitats (92/43/CEE), transposta para o Direito português pelo Decreto-lei n.º 140/99, de 24 de Abril.

Para salvaguardar a fauna, a flora e a paisagem deste local o Município de Gaia avançou, em Dezembro de 2007, com o projecto de criação do Refúgio Ornitológico no Estuário do Douro, resultante de um protocolo celebrado entre a APDL (Administração dos Portos de Douro e Leixões) e a empresa municipal Parque Biológico.

No entanto, a falta de legislação adequada de suporte a esta intervenção dificultou a concretização da iniciativa no terreno.

Em boa hora surgiu o novo Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, criando a possibilidade dos Municípios criarem áreas protegidas, por proposta do Executivo, e após consulta pública e aprovação pela Assembleia Municipal.

É isso que agora se pretende: dotar esta área de conservação da natureza de um estatuto de protecção, e integrá-la na Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Esperemos que outros municípios sigam este exemplo de Gaia, criando pequenas áreas protegidas locais que, no seu conjunto, podem assumir grande importância.

*Director do Parque Biológico de Gaia
http://www.parquebiologico.pt

União Europeia dificilmente atingirá a meta de 2010 para a Biodiversidade

Aves continuam em declínio com as actuais políticas agrícolas

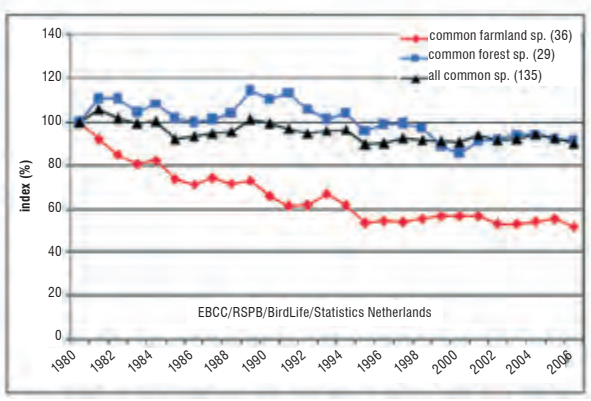
De acordo com os últimos dados do *European Bird Census Council (EBCC)* e da *Birdlife International*, muitas das aves das zonas agrícolas têm vindo a sofrer cada vez mais com os efeitos da agricultura intensiva.

PEDRO MONTEIRO

SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

Dados mais recentes acerca das aves selvagens demonstram um maior conhecimento sobre a biodiversidade na Europa, complementado pelo *Pan-European Common Bird Monitoring Scheme (PECBMS)* – Gráfico 1. Os dados são de 1980 a 2006 e foram reconhecidos pela União Europeia (EU) como um barómetro fundamental de análise da biodiversidade e do ambiente em geral.

Gráfico 1 - Indicadores da Biodiversidade na Europa
Aves selvagens até 2008



Cada vez mais o tema tem feito parte dos interesses da opinião pública.

Tornou-se bastante claro que o desenvolvimento económico e a produção de alimentos estão dependentes da riqueza da biodiversidade dos ecossistemas, bem como a nossa capacidade de lidar com os efeitos das alterações climáticas.

Embora os lideres da UE tenham como compromisso travar a perda da biodiversidade até 2010, o relatório intercalar esperado pela Comissão Europeia no início de Dezembro veio demonstrar que este objectivo não poderá ser atingido sem alterações drásticas por parte da UE e das políticas nacionais, sobretudo no campo da política agrícola.

Embora muitas das espécies de aves raras e locais beneficiem de protecção especial no âmbito da Directiva Aves e da Rede Natura 2000, os dados actuais demonstram o que está a acontecer a nível global a muitas das espécies comuns (Gráfico 1). De uma forma geral, o número de aves comuns diminuiu cerca de 10% entre 1980 e 2006 em todas a UE. As populações de aves comuns florestais diminuíram também cerca de 10%, enquanto que as das aves comuns das zonas agrícolas diminuíram drasticamente. As populações destas últimas decresceram em média cerca de 50% desde 1980, não se prevendo qualquer tipo de recuperação. A Laverca (*Alauda arvensis*) é um bom exemplo de uma espécie das zonas agrícolas que mais têm sofrido na Europa Ocidental, devido à agricultura intensiva. Os países da Europa central e oriental, que se juntaram mais recentemente à UE (entre 2004 e 2007), ainda não têm dados acerca dos danos causados nas aves das zonas agrícolas, mas o seu número também tem diminuído desde 1980.

A destruição de prados e sebes e excessivo uso de pesticidas e fertilizantes têm sido as principais causas do declínio dramático das aves comuns dos terrenos agrícolas. Deste modo, o EBCC e a BirdLife reiteraram o seu apelo para a revisão continua do orçamento revisto pela UE para a transformação da Politica Agrícola Comum. "Precisamos de investir o dinheiro dos impostos da UE de forma mais sensível – deixem-nos apoiar esses agricultores, que mantêm a saúde e o desenvolvimento rural e deixar de distribuir subsídios incoerentes com o ambiente", de acordo com as palavras de Konstantin Kreiser, EU Policy Manager, BirdLife International.

O Dr. Richard Gregory, Presidente da EBCC, conclui que "As monitorizações nacionais são um recurso essencial de dados para conhecer os indicadores das aves europeias, por isso é essencial melhorar a sua performance e qualidade. A existência de fontes de financiamento de longa duração dos governos é crucial para apoiar este tipo de projectos, que beneficiam de mão-de-obra voluntária especializada."

Em Portugal o Censo de Aves Comuns da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) é realizado anualmente desde 2004. Ainda é cedo para poderem ser observadas tendências populacionais claras, mas os dados parecem indicar que a situação não é tão grave como nos países mais a norte.

Segundo Domingos Leitão, Coordenador do Programa Rural da SPEA, "a abundância elevada de aves nos campos agrícolas de Portugal não é motivo para o Ministério da Agricultura nada fazer em prol de políticas agrícola sustentáveis". "É urgente rever o Programa de Desenvolvimento Rural de modo a reduzir o investimento no regadio e outros tipos de intensificação e aumentar as ferramentas de apoio aos agricultores que produzem também biodiversidade, qualidade do solo, da água e do território".

JÚLIO CALDAS

Laverca (Alauda arvensis)

Nota: A SPEA é uma Organização Não Governamental de Ambiente que trabalha para a conservação das aves e dos seus habitats em Portugal. Faz parte da BirdLife International, uma aliança de organizações de conservação da natureza em mais de 100 países, considerada uma das autoridades mundiais no estudo das aves, dos seus habitats e nos problemas que os afectam (www.spea.pt)

Projecto Criar Bosques

Contribuir para a conservação e recuperação da floresta autóctone sempre foi um dos desígnios da Quercus desde a sua génese.

Para tal foi recentemente lançado o projecto "CRIAR BOSQUES" que tem como objectivo global conservar, criar e cuidar de bosques com espécies autóctones, potenciando as diversas valências que estes encerram (e.g. sequestro de CO2), através de acções de manutenção e recuperação da floresta original.
Como **objectivos específicos** destacam-se:

a. Reproduzir mais de 50 espécies de árvores e arbustos autóctones;
b. Restabelecer o coberto arbóreo e arbustivo autóctone em áreas públicas e privadas;
c. Ceder plantas produzidas em viveiro para utilização em projectos de carácter conservacionista;
d. Desenvolver uma componente de educação ambiental (por exemplo, através da criação de parques botânicos de espécies autóctones em espaços públicos e privados);
e. Envolver entidades públicas e privadas no desenvolvimento do projecto através de acções que evidenciem a sua cultura de responsabilidade ambiental.

O projecto tem como **componentes**:

i. Recolha de frutos/sementes de espécies autóctones;
ii. Produção de plantas em viveiro utilizando as sementes recolhidas;
iii. Criação de bosques constituídos por espécies arbóreas e arbustivas autóctones;
iv. Aproveitamento da regeneração natural;
v. Conservação de bosques autóctones de reconhecido valor (carvalhais, entre outros);
vi. Realização de intervenções culturais (controlo da vegetação arbustiva, poda e desbaste) em bosques autóctones para a promoção do desenvolvimento do coberto arbóreo e prevenção contra incêndios florestais;
vii. Criação de parques botânicos de espécies autóctones;
viii. Cedência de plantas a entidades públicas e privadas;
ix. Divulgação e comunicação;
x. Monitorização e avaliação das acções desenvolvidas.
xi.

Baldio de Afonsim

São **parceiros** do projecto o **Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade** (ICNB), a **Autoridade Florestal Nacional** (AFN), a **Agência Portuguesa do Ambiente** (APA) e o **Corpo Nacional de Escutas** (CNE), cujo protocolo foi assinado no dia19/11/2008 na Assembleia da República. Conta-se ainda com a colaboração das Câmaras Municipais, Associações de Produtores Florestais, Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais, Associação Lousitânea, Associação Transumância e Natureza e diversas empresas e todos os voluntários que ajudam nas acções de recolha de sementes e nas plantações.

Presentemente estão identificados **44 locais de plantação** (ver mapa), que incluem áreas públicas (e.g. Reserva Natural da Serra de Malcata) e privadas (e.g. baldios em Trás-os-Montes), onde se prevê a plantação de mais de 250 000 plantas de 18 espécies até Março de 2009. A informação relativa às datas, locais, contactos e inscrições de voluntários nos campos de plantação encontra-se permanentemente actualizada no **sítio da Internet**: http://www.condominiodaterra.org/criarbosques/

Malcata

Bensafrim

É importante destacar que o sucesso do projecto depende do envolvimento de todos, pelo que esperamos poder contar com a sua colaboração (e.g. através da inscrição como voluntário nos campos de plantação, cedência de terrenos para plantar e/ou cuidar, recolha de sementes).

Baldio de Afonsim

Texto e imagens Paulo Monteiro

Notícias

REDE DE RESERVAS

Micro-reserva do Monte do Outeiro

Nesta micro-reserva continuámos as acções de controle de canas Arundo donax, espécie exótica que forma algumas manchas ao longo da linha de água que limita este terreno. A pouca precipitação registada até ao momento levou a que a ribeira se encontre ainda sem qualquer água corrente apesar de estarmos no inicio do Inverno.

Cynara tournefortii

Micro-reserva dos Colmeais

Na micro-reserva dos Colmeais continuámos a recolher lixo incluindo mais algumas centenas de cartuchos de caça que infelizmente não são recolhidos por quem aí pratica esta actividade. Estamos a proceder a podas nas mais de 300 oliveiras que possuímos na propriedade, algumas delas centenárias. Foram também semeadas centenas de azinheiras na área adjacente ao bosque.

Micro-reserva da Peninha

Dando prosseguimento aos objectivos de gestão para este espaço decorreram mais quatro jornadas de trabalho nesta micro-reserva. Estivemos a desmatar criando alguns corredores ao longo das encostas com vista à plantação de carvalho-negral, *Quercus pyrenaica*. Numa das jornadas contámos com o apoio de um grupo de voluntários, funcionários da MICROSOFT, empresa que está a apoiar a florestação desta área com 1100 carvalhos-negrais. Durante estas acções foram ainda removidas algumas toneladas de resíduos florestais e arrancadas centenas de pequenas acácias, espécie arbórea invasora que pretendemos erradicar deste espaço.

Reserva Biológica do Monte Barata

Tiveram início em Novembro os trabalhos de florestação em várias parcelas desta herdade. Estão a ser plantadas azinheiras e sobreiros bem como freixos , estes últimos nas margens de algumas linhas de água. As acções incluem retancha nas plantações do ano anterior (substituição das árvores que secaram).

Divulgação

A Quercus-ANCN esteve representada através do dirigente Samuel Infante, no 8º Congresso de Conservação em Terras Privadas realizado no Rio de Janeiro . Neste Encontro foi apresentada uma comunicação "Conservação da Natureza em Propriedades Privadas - a Experiência das ONG Portuguesas" de forma a fazer um historial da conservação em terras privadas em Portugal, o papel que as OGNs tiveram e continuam a ter actualmente neste domínio bem como os problemas com que nos deparamos para promover este conceito.

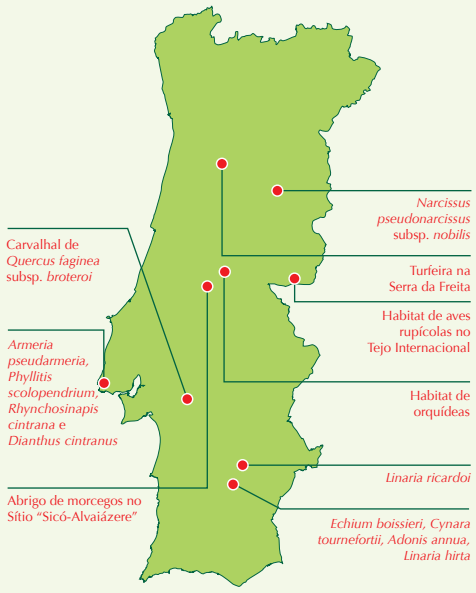
CONSERVAÇÃO DE ORGANISMOS FLUVIAIS

Estão numa fase muito adiantada os trabalhos de requalificação da estação aquícola de Campelo, em Figueiró dos Vinhos, com vista à reabilitação dos edifícios e ao restauro dos tanques onde se fará a manutenção e reprodução das populações dos peixes endémicos alvo deste projecto. Após o licenciamento da estação, junto da Autoridade Florestal Nacional (aquicultura em águas interiores) e da Administração da Região Hidrográfica do Tejo (utilização de recursos hídricos), as instalações ficarão prontas para receber algumas dezenas de espécimes de boga do Oeste e de boga-portuguesa, situação que ocorrerá em meados de Abril próximo.

CONSERVAÇÃO DA GRALHA-DE-BICO-VERMELHO NA SERRA DOS CANDEEIROS

Foram já adquiridas as primeiras 50 cabras da raça autóctone serrana (ecóptipo ribatejano, com animais no Registo Zootécnico da Raça) destinadas a constituir um rebanho comunitário a partir da aldeia de Chãos, no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Para a gestão do rebanho no médio prazo será constituído um "fundo de pastoreio", em que os cidadãos vão poder investir na conservação dos habitats prioritários, apoiando a aquisição de mais animais e daí obter rendimento. Em breve daremos novidades sobre este projecto. A mascote, da autoria do nosso associado Gabriel Lagarto, é apresentada aqui em baixo.

rede de micro-reservas biológicas



Quando adquirir produtos na loja da Quercus está também a apoiar o Fundo de Conservação. Visite o site da Quercus e dê um salto à e-loja. Surpreenda-se com os produtos que pode adquirir!

http://e-loja.quercus.pt

Cabra serrana

texto: José Paulo Martins e Paulo Lucas *Imagens:* José Paulo Martins, António Frazão e Gabriel Lagarto (ilustração)

Apoie os Projectos de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Dados para donativos e informações sobre os projectos: NIB: **003501470004737433010**
Morada: **Apartado 230 7801-903 BEJA** Telefone **93 778 84 73** e-mail: fcnatureza@quercus.pt

Fundo Quercus Conservação Natureza

Earth Condominium

A Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos nos Açores e Madeira

TEREZA CASTRO

A Politica Integrada de Gestão de Resíduos visa assegurar a preservação dos recursos naturais e a minimização de impactes negativos. A implementação destas políticas nas ilhas é especialmente complexa, devido, entre outros, a especificidades geográficas, à vocação turística que origina flutuações sazonais de população e à necessidade de importação de produtos e materiais, decorrentes de uma indústria local pouco desenvolvida.

Este trabalho baseia-se numa revisão bibliográfica com o objectivo de ilustrar a temática acima descrita. Com este objectivo é efectuada uma análise global da evolução da produção (período:1997 a 2016) e destino final dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) para as ilhas do território português: Açores e Madeira.

A prática actual para a gestão de resíduos sólidos urbanos é distinta para as duas regiões. Na Região Autónoma dos Açores, apesar da insatisfatória rede de tecnossistemas e dos valores, comparativamente elevados, de produção de resíduos sólidos urbanos, estão em fase de adjudicação projectos que visam a melhoria da qualidade, tratamento e valorização dos resíduos. Esta região possui metas quantitativas para reduzir a produção e optimizar as opções de deposição dos RSU.

Em relação à Região Autónoma da Madeira a situação é distinta. Esta região apresenta soluções avançadas para recolha, tratamento, valorização e deposição, fazendo desde 2002 a valorização dos resíduos. Em termos futuros, esta região prevê o alargamento das soluções existentes a outras soluções em fase de projecto, como por exemplo, o início de laboração de uma terceira linha de incineração, bem como o aumento da instalação de compostagem.

A realização deste trabalho permitiu obter uma visão comparativa da situação actual e futura relativa à gestão de resíduos sólidos urbanos nos Açores e Madeira.

Trabalho realizado por:
Ana Luísa Teixeira, Débora Carneiro e Joana Andrade do Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (com supervisão de Belmira Neto).

Rio Leça

Qualidade das Águas Fluviais

O trabalho apresentado analisa a qualidade das águas fluviais, sendo o caso de estudo o rio Leça. De acordo com o Relatório de Estado do Ambiente (REA-2006), a qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas apresenta uma tendência negativa, nomeadamente pelo não cumprimento da frequência de amostragem e das normas de qualidade relativas a alguns parâmetros. Este trabalho baseia-se numa revisão bibliográfica com o objectivo de ilustrar a temática acima descrita. Com esse intuito, é apresentada uma caracterização geral da bacia hidrográfica do rio Leça e os problemas/condicionantes associados, num panorama longitudinal. É efectuada uma análise da evolução da qualidade das águas fluviais do rio Leça (período: 1978 a 2006) relativamente aos parâmetros pH, sólidos suspensos totais, carência bioquímica de oxigénio, azoto, coliformes totais, entre outros. São ainda abordadas algumas perspectivas e projecções que visam a qualidade natural que outrora era inerente ao rio Leça.

Trabalho realizado por:
Ana Dinis, Eurico Costa e João Moreira do Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (com supervisão de Belmira Neto).

Municípios do Porto e Vila Nova de Gaia

Análise da Evolução Qualitativa das Águas Balneares Costeiras

IDALINA PERESTRELO

O trabalho apresentado analisa a evolução da qualidade das águas balneares costeiras entre os anos de 2002 e 2007 (com interregno nos anos de 2003 e 2004 por falta de informação), nos municípios do Porto e de Vila Nova de Gaia. Este trabalho baseia-se numa revisão bibliográfica com o objectivo de ilustrar comparativamente a qualidade das águas balneares, para os dois municípios, tanto numa perspectiva temporal como espacial.

Inicialmente é feita uma caracterização dos casos de estudo, identificação do objecto de estudo e definição dos conceitos de águas e zonas balneares. Com base na pesquisa efectuada na legislação vigente, Decreto-Lei 236/98, é apresentada a metodologia de classificação de águas balneares, os contaminantes considerados (ex. os coliformes totais e fecais e fenóis) e os seus valores limites de emissão. Seguidamente é analisada a qualidade da água com base na classificação atribuída, pelas entidades responsáveis, às águas balneares. Esta pesquisa possibilitou a identificação das fontes de poluição mais relevantes, do tipo de intervenções realizadas e os resultados obtidos, para os dois municípios. Os resultados indiciam uma evolução positiva para o município do Porto enquanto que para o de Vila Nova de Gaia a qualidade das águas na maioria das zonas balneares consideradas mantém uma classificação de "Bom" em relação ao período analisado.

> Os resultados indiciam uma evolução positiva para o município do Porto

Trabalho realizado por:
António Meireles, Daniel Martins e José Miguel Moreira do Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (com supervisão de Belmira Neto).

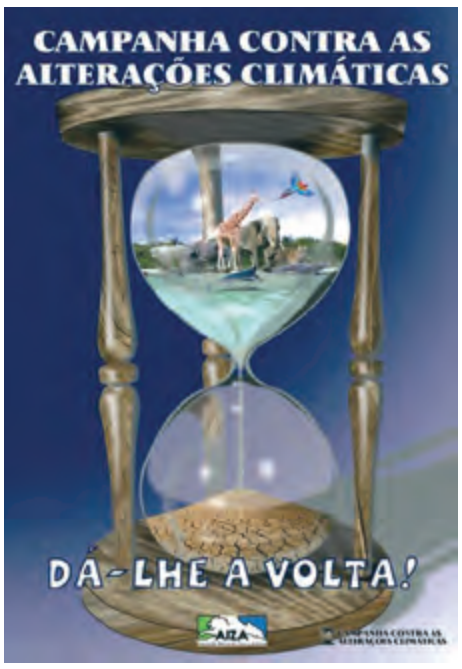
Análise da Evolução Qualitativa das Águas Balneares Costeiras:

Casos de estudo: Concelhos do Porto e Vila Nova de Gaia

Sitio na Internet onde são disponibilizados os trabalhos na íntegra:
► Análise da Evolução Qualitativa das Águas Balneares Costeiras. Casos de Estudo: Municípios do Porto e Vila Nova de Gaia;
http://paginas.fe.up.pt/~belmira/Trabalho_Qualidadeaguasbalneares_EIQ.pdf
► QUALIDADE DAS ÁGUAS FLUVIAIS. Caso de estudo: Rio Leça
http://paginas.fe.up.pt/~belmira/rio Leca.pdf

Dá-lhe a volta! – Campanha contra as Alterações Climáticas

Zoomarine



Uma notícia recente alerta para a situação preocupante das Maldivas, um destino turístico paradisíaco no Oceano Índico, que corre sérios riscos de submersão no espaço temporal de menos de um século. Segundo o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas da ONU, é previsível uma subida do nível médio da água do mar até 59 cm até ao final deste século, estando a capital daquele país, onde vivem cerca de cem mil habitantes, apenas a 90 cm acima do nível médio da água do mar. O desfecho parece previsível...

Mas as Alterações Climáticas não são apenas preocupantes pelo crescente nível médio das águas do mar. O aumento das temperaturas, a influência nas correntes termohalinas, o degelo dos glaciares, a intensificação de episódios de seca e de inundações, a destruição de habitats e consequente perda de biodiversidade, entre tantas outras consequências, são temas que, obrigatoriamente, não podemos perder de vista. Sejam estas alterações maioritariamente de origem humana ou natural, é consensual a necessidade de uma rápida mudança nos hábitos e padrões de consumo mundial.

ZOOMARINE

É neste sentido que, durante este ano lectivo de 2008/09, a Associação Ibérica de Zoos e Aquários (AIZA) coordena um esforço ibérico conjunto onde se aposta na sensibilização das novas gerações, com vista a um futuro mais sustentável.

Intitulada "Dá-lhe a Volta! - Campanha contra as Alterações Climáticas", integrada no ciclo Campanhas para a Sustentabilidade da AIZA, esta iniciativa ibérica teve início no dia 5 de Junho de 2008, Dia Mundial do Ambiente, e terá o seu término no mesmo dia do ano 2009. Contará com inúmeras actividades pedagógicas e de sensibilização espalhadas por toda a Península Ibérica, nas quais se pode destacar o concurso de fotografia "Alterações Climáticas à Vista!", produção de material pedagógico para distribuição ou a comemoração da Semana do Ambiente, em Junho de 2009.

ZOOMARINE

E foi no seguimento de tudo isto que o Zoomarine esteve presente junto de algumas escolas do 2º e 3º Ciclos da região do Algarve, durante a semana de 17 a 21 de Novembro de 2008, onde realizou um conjunto de actividades especialmente preparadas para a comunidade escolar.

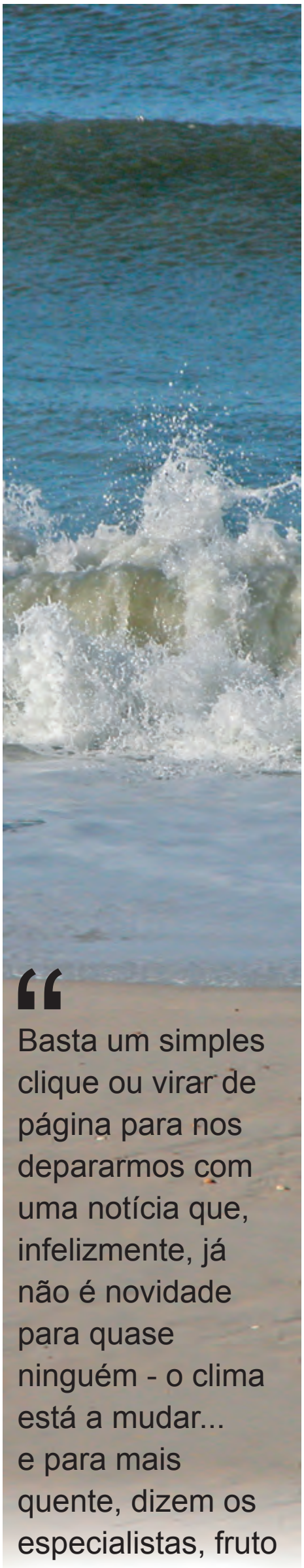
Os objectivos desta iniciativa passaram por sensibilizar a comunidade escolar algarvia para a temática das Alterações Climáticas, dando a conhecer algumas atitudes facilmente aplicáveis no dia-a-dia para contrariar esta tendência. Entre os muitos conceitos abordados, alguns foram estrategicamente explorados como a capacidade térmica da água e sua importância para a vida, as correntes termohalinas, a influência das alterações climáticas na biodiversidade mundial e a importância da responsabilidade individual.

Cada deslocação às escolas compreendeu uma sessão teórica, onde foi possível verificar ou consolidar os conhecimentos dos participantes nesta temática, complementando sempre com uma sessão prática, onde foi realizado um conjunto de experiências em sala, com recurso a materiais como aquários, placas de aquecimento, copos, sal, gelo colorido, entre outros.

Numa iniciativa que pretendeu incentivar atitudes que conduzam a uma postura mais consciente e responsável, a curiosidade e entusiasmo das novas gerações permitiu a todos compreender como funciona e porque é importante o efeito de estufa para a vida, e como nós, humanos, estamos a influenciar os padrões globais de carbono.

Com um balanço definitivamente positivo, esta iniciativa (com)provou a crescente preocupação das novas gerações com o ambiente e com as suas próprias atitudes.

CAMPANHA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS Para consulta dos objectivos, assim como de material pedagógico associado a esta campanha, basta consultar a página electrónica da AIZA em: http://www.aiza.org.es/microsite/cambioclimatico/index.html



"Basta um simples clique ou virar de página para nos depararmos com uma notícia que, infelizmente, já não é novidade para quase ninguém - o clima está a mudar... e para mais quente, dizem os especialistas, fruto das chamadas Alterações Climáticas."

Alterações Climáticas

Quercus faz balanço desanimador da Conferência de Poznan

Sara Campos

TÂNIA ABREU

Terminou a 13 de Dezembro a Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas que arrancou a 1 de Dezembro, em Poznan, na Polónia. Apesar de ser um ponto fundamental nas negociações internacionais com vista à redução das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) para o pós-2012, as expectativas de avanço já não eram à partida muito altas. Não surpreendeu, por isso, que o desfecho tenha sido pouco auspicioso. Fica assim tudo adiado para daqui a um ano em Copenhaga, onde se decidirá o futuro enquadramentodo Protocolo de Quioto.

Durante 14 dias, os representantes de 185 países reuniram-se à mesa em Poznan com o objectivo de encaminhar as negociações internacionais rumo a um novo tratado climático para o período pós-Quioto. A Quercus fez-se representar na Polónia por Francisco Ferreira, Vice-Presidente, e Ana Rita Antunes, coordenadora da associação para a área da energia e alterações climáticas, que integraram a delegação oficial portuguesa desde 6 de Dezembro até ao fim do encontro.

A Quercus acompanhou a par e passo a evolução dos trabalhos, numa conferência que envolveu muita gente e resultou em pouco. A falta de vontade política em assumir objectivos ambiciosos adequados aos desafios climáticos no longo prazo resume o balanço feito pela associação desta Conferência, que na prática não foi mais do que um trabalho ainda muito preliminar para Copenhaga em 2009 – data limite estabelecida no ano passado em Bali para chegar a um novo acordo climático internacional.

HÉLDER SPÍNOLA

Poznan na Polónia – apesar de ser um ponto fundamental nas negociações internacionais com vista à redução das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) para o pós-2012, as expectativas de avanço já não eram à partida muito altas.

O que (não) aconteceu em Poznan

A reunião de Poznan passou os olhos por alguns temas importantes, embora mais numa perspectiva de organizar a agenda negocial do próximo ano. 2009 contará assim um calendário preenchido de reuniões, a começar por dois importantes grupos de trabalho.

No primeiro, o grupo de trabalho *ad-hoc* sobre o Protocolo de Quioto, as nações que ratificaram o Protocolo de Quioto têm que acordar novas metas de redução de emissões de GEE para os países desenvolvidos, quer conjuntas, quer individuais, relativas ao período 2013-2020.

Existe, em paralelo, um segundo grupo de trabalho, criado na Conferência de Bali no ano passado, que abrange todos os países com assento na Convenção das Nações Unidas. Aqui o objectivo é discutir e implementar o chamado "Roteiro de Bali", isto é, um conjunto de tarefas a desenvolver no sentido de alcançar, em Copenhaga, um acordo pós-2012 com todos os países desenvolvidos, mesmo os que não ratificaram Quioto, como os Estados Unidos. Este plano de cooperação a longo prazo subentende uma "visão partilhada" da estratégia a seguir para manter o aquecimento global abaixo dos dois graus centígrados em relação à era pré-industrial. Por outras palavras, pede-se um contributo parte a parte: compromissos dos países desenvolvidos e esforços dos países em desenvolvimento.

Apesar de alguns países em desenvolvimento terem apresentado em Poznan alguns exemplos de acções em curso para mitigar as suas emissões de GEE, de uma forma geral a discussão centrou-se mais em formas de compensar as referidas emissões. Neste âmbito estiveram em discussão várias questões fundamentais: o uso do solo e das florestas, a desflorestação e degradação florestal, a promoção de projectos de desenvolvimento limpo em países em desenvolvimento (que para já continua a ser a única forma de financiamento para a adaptação dos mesmo às alterações climáticas) e a transferência de tecnologia e recursos por parte dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento. No entanto, todo este profuso debate não se traduziu para já em qualquer comprometimento.

Caminho difícil até Copenhaga

Nesta autêntica corrida contra o tempo, também não ajuda o actual panorama de crise financeira mundial que poderá refrear um comprometimento mais sério por parte das nações desenvolvidas.

Mas caso seja assinado o tão esperado novo acordo climático em Dezembro de 2009, decorrerão três anos até à sua entrada em vigor em Janeiro de 2013. Até lá, espera-se que entre os países aderentes estejam os Estados Unidos da América (EUA). De facto, a mensagem do novo presidente eleito Barack Obama parece ir precisamente no sentido de um maior envolvimento futuro dos EUA no combate às alterações climáticas, ameaçando retirar o comando das negociações à União Europeia, internamente dividida, como demonstrou a aprovação de um Pacote Energia-Clima aquém das expectativas (ver caixa).

Para já, Poznan terminou a saber a pouco, principalmente para todas as associações ambientais presentes na Polónia, como a Quercus. Francisco Ferreira deixa o aviso: "é preciso acreditar num acordo para Copenhaga, mas a este ritmo e com o "entusiasmo" aferido em Poznan, Dezembro de 2009 está a ficar demasiado próximo".

Um Pacote Energia-Clima muito aquém do necessário

Aprovado no passado dia 18 de Dezembro, o pacote Energia-Clima da União Europeia marca, segundo a Rede de Acção Climática Europeia (da qual a Quercus faz parte) "um dia negro para a política climática europeia". Para os ambientalistas, a meta aprovada de reduzir em 20% as emissões de GEE até 2020 deveria antes "envergonhar" os líderes europeus, por ser um claro "voltar de costas à luta global contra as alterações climáticas". Isto porque cerca de 70% da redução aprovada será conseguida através da aquisição de créditos de carbono externos ao espaço europeu.

Ainda neste pacote, foi aprovada a meta de produção de energia por fontes renováveis em 20%, em relação à energia final consumida e o aumento de eficiência energética em 20%, sendo que esta não é uma meta vinculativa.

Se na Conferência de Poznan era esperada da União Europeia uma posição mais forte na liderança das negociações climáticas internacionais, tal não aconteceu, contribuindo em grande parte para o seu fracasso.

Eficiência Energética

O seu frigorífico é amigo do ambiente?

Sara Campos

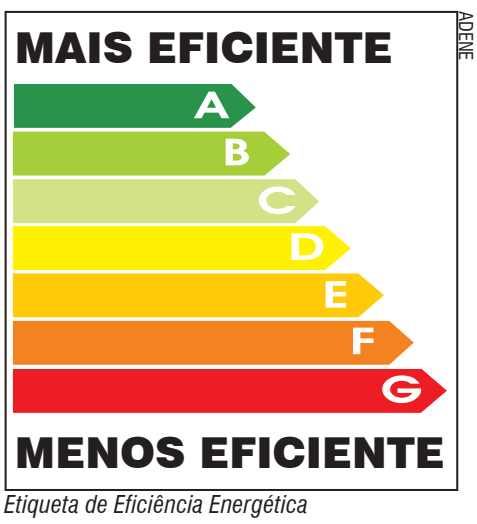
DR

São líderes do consumo doméstico de electricidade e indispensáveis 24h por dia. Frigoríficos, congeladores, combinados – todos eles fazem disparar a factura da electricidade, por vezes mais do que o necessário. Para que esse consumo seja proporcional às necessidades reais do utilizador há uma longa lista de boas recomendações a seguir.

Se o consumo de electricidade de uma habitação fosse um bolo, a fatia maior caberia aos equipamentos de frio (20%, segundo um estudo da ADENE de 2007; 24% de acordo com o Projecto EcoFamílias255 da Quercus do mesmo ano), cuja taxa de penetração é superior à dos restantes electrodomésticos por se encontrarem presentes em todas as habitações portuguesas. Precisamente por essa razão, foram os primeiros equipamentos com certificação energética no mercado português, em Janeiro de 1994.

A eficiência começa na compra

Criada pela Comissão Europeia, a etiquetagem energética de equipamentos domésticos informa o consumidor sobre o desempenho energético dos electrodomésticos, permitindo-lhe comparar entre os vários modelos à venda no mercado. De afixação obrigatória, a Etiqueta de Eficiência Energética (EEE - ver Figura 1) abrange actualmente não só frigoríficos



ADENE

Etiqueta de Eficiência Energética

e congeladores, mas também máquinas de secar e levar roupa (mistas e separadas), máquinas de lavar loiça, fornos eléctricos e lâmpadas CFL e incandescentes.

A consulta da EEE deve ser portanto o primeiro critério na compra de qualquer um destes equipamentos, especialmente no caso dos mais exigentes como os de frio. A classificação pode variar entre sete categorias de A (melhor índice de eficiência energética) a G (pior índice), sendo que, para os equipamentos de frio, existem já as categorias A+ e A++, que garantem ainda uma maior eficiência.

Claro que um equipamento mais eficiente é muitas vezes mais caro. No entanto, este investimento inicial será recuperado no futuro através de um menor consumo energético, com repercussões imediatas na factura eléctrica. Benefícios para a carteira mas também para o ambiente, pois cada quilowatt evitado significa menos emissões de CO_2 para a atmosfera.

A compra de um frigorífico/combinado deve também ser adaptada às necessidades reais da família. Ou seja, o tamanho do equipamento deve ser proporcional à utilização que será feita. Damos alguns exemplos. Para famílias numerosas ou façam compras mensalmente, fará mais sentido comprar um combinado (com maior área de congelação). Já famílias pequenas ou para quem faça compras diárias, provavelmente um frigorífico será suficiente.

A mesma lógica se aplica à aquisição de um frigorífico americano. Com áreas de refrigeração e de congelação bastante generosas, oferecem já vários extras adicionais que, apesar de atractivos, muitas vezes não são assim tão necessários. De facto, apesar da sua estética inovadora, os frigoríficos americanos implicam um consumo energético elevado (maior, por exemplo, do que um frigorífico e de uma arca juntos, com a mesma capacidade). No entanto, algumas marcas já comercializam frigoríficos americanos com um índice de eficiência energética elevado. (ver caixa)

Eficiência no uso e na manutenção

Uma compra eficiente só será plenamente recompensada se não houver desperdícios de energia na utilização do equipamento. E isso começa logo na localização do mesmo em casa: longe das fontes de calor (teria de trabalhar mais para arrefecer) e com a grelha externa afastada da parede (para que o calor libertado do interior se dissipe).

Na utilização diária, a temperatura ideal de conservação dos alimentos é entre 3 e 5º C e no congelador recomenda-se geralmente entre -18 ºC e -15 ºC. Regular mais acima ou abaixo aumenta o consumo desnecessariamente. Claro que estas temperaturas devem ser adaptadas à estação do ano: no Inverno, não precisam de ser tão baixas.

Por outro lado, quanto mais cheio estiver o interior do frigorífico melhor pois os alimentos retêm melhor o frio do que o ar

DR

– contudo sem exageros para que este possa circular. Outro truque passa por acabar de descongelar os alimentos no frigorífico, pois libertarão frio, reduzindo o seu trabalho. Por outro lado, se ainda estiverem quentes não devem ser logo guardados. Por fim, mas não menos importante, evitar aberturas constantes e prolongadas da porta do frigorífico que estima-se contribuírem em 20% para o consumo do mesmo.

A eficiência passa também pela manutenção. A grelha exterior deve ser limpa uma vez por ano e o isolamento das borrachas da porta verificado regularmente. Nas paredes do congelador, não deixar acumular gelo, que deve ser retirado quando a camada atingir os 0,5 cm.

Por fim, quando chegam ao fim do seu tempo de vida útil, estes equipamentos devem ser convenientemente encaminhados. Por emitirem gases nocivos como os HCFCs (destruidores da camada do ozono) têm impactes ambientais enquanto resíduos. Por isso, na compra de um novo electrodoméstico, as lojas são obrigadas a retomar o antigo. Se o objectivo é apenas desfazer-se do equipamento, existem já várias empresas como a ERP-Portugal (www.erp-portugal.pt) ou a AMB3E (www.amb3e.pt) que recolhem

Quando chegam ao fim do seu tempo de vida útil, estes equipamentos devem ser convenientemente encaminhados. Por emitirem gases nocivos como os HCFCs (destruidores da camada do ozono) têm impactes ambientais enquanto resíduos.

este tipo de resíduos perigosos.

Alterar pequenos hábitos de consumo no dia-a-dia parece valer a pena quando as recompensas são garantidas. Apesar de já não podermos viver sem electrodomésticos, podemos torná-los mais invisíveis no consumo energético final das nossas casas. O ambiente de certeza que agradece.

Frigoríficos Americanos no Topten

O Topten lançou recentemente a subcategoria dedicada aos frigoríficos americanos, dando a conhecer ao consumidor os modelos mais eficientes à venda no mercado. Em simultâneo foi também inaugurada uma nova categoria para Impressoras onde podem ser consultados os produtos com maior eficiência, desde impressoras a multifunções a laser ou a jacto de tinta. Saiba mais em www.topten.pt. Este é um projecto desenvolvido, em Portugal, pela Quercus e promovido pela EDP Distribuição, como apoio da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, no âmbito do PPEC (Planode Promoção de Eficiência no Consumo).

Reportagem

Higiene de Embalagens de Produtos Hortofrutícolas

Serão as Embalagens de plás as embalagens de madeira?

No acondicionamento de produtos hortofrutícolas, as tradicionais caixa sobretudo por se considerar que o plástico é um material mais higiénic comparou-se a contaminação microbiana verificada em embalagens d significativas entre materiais. Do estudo pode concluir-se que a contam madeira e de plástico, é resultado da falta de limpeza das caixas antes

Ana Luísa Fernando, Ana Isabel Abrantes, Benilde Mendes (GDEH/FCT/UNL)

A embalagem, nas suas diversas formas, encontra-se sempre presente no manuseamento e acondicionamento de produtos alimentares, incluindo os produtos hortofrutícolas. O sucesso da embalagem depende da forma como cumpre os requisitos de protecção e acondicionamento do produto ao longo de toda a cadeia desde a produção até à sua utilização final.

Os produtos hortofrutícolas podem ser acondicionados satisfatoriamente em diversos tipos de embalagens. Se forem tomados em conta somente os critérios técnicos, poderá optar-se por diversas embalagens dependendo de vários factores. Entre estes, para além das já condições ambientais, encontram-se as características da cadeia logística, métodos de manuseamento e transporte, custo e disponibilidade dos materiais.

Existem requisitos fundamentais, aos quais as embalagens de produtos hortofrutícolas devem obedecer:

- ► Possuir resistência mecânica suficiente para proteger o conteúdo durante o manuseamento, transporte e enquanto estiverem empilhadas;
- ► A resistência mecânica da embalagem não deve sofrer alterações apreciáveis devido ao teor de humidade (molhada ou em atmosfera com elevada humidade relativa);
- ► A embalagem deve estabilizar e imobilizar os produtos, evitando o seu movimento dentro da embalagem durante o manuseamento e transporte;
- ► Não conter substâncias químicas que possam migrar para os produtos, contaminar ou serem tóxicos para o produto ou para os seres humanos;
- ► Cumprir exigências de manuseamento e de comercialização, em termos de peso, tamanho e forma;
- ► Identificar o conteúdo, auxiliar a apresentação do produto no ponto de venda, através de informação completa e correcta na etiqueta;
- ► Facilitar a eliminação, reutilização ou reciclagem;
- ► Ser económica, em relação aos benefícios.

Tradicionalmente, a madeira era o material mais utilizado na embalagem de frutas e hortaliças frescas. De acordo com os produtores deste tipo de material, a madeira comporta uma série de propriedades favoráveis, nas quais se inclui o facto de ser um material de origem natural, que permite a manutenção das qualidades do produto e que realça a beleza do produto.

EMBAR

A madeira comporta uma série de propriedades favoráveis, nas quais se inclui o facto de ser um material de origem natural, que permite a manutenção das qualidades do produto e que realça a beleza do produto.

Para a embalagem de produtos hortofrutícolas, a madeira pode ser utilizada nos três tipos de embalagem: primária (ou de consumo), secundária (ou comercial) e terciária (ou logística).

As paletes de madeira, são as embalagens terciárias mais usuais, embora também existam no mercado paletes de fibra de cartão ou de plástico. Estas paletes estão associadas ao sector da logística, facilitando o transporte e manuseamento das embalagens primárias e secundárias, do produtor ao consumidor.

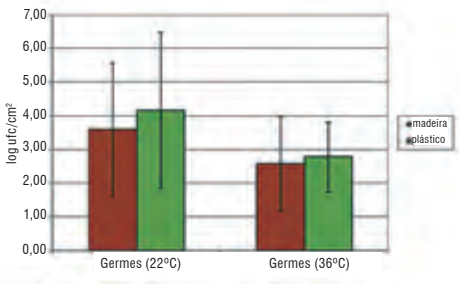


Figura 1: Contagem de microrganismos totais viáveis a 22ºC e a 36ºC (log ufc/cm²), nas amostras recolhidas nas diversas colheitas realizadas no MARL.

Por vezes, as embalagens primária e secundária confundem-se, no comércio de produtos hortofrutícolas. Neste tipo de embalagem, a madeira mais utilizada em Portugal é a de pinho, podendo para alguns produtos, como o morango, ser usada madeira de choupo. A caixa de madeira tem como principais vantagens, face a outros sistemas alternativos, a rigidez, a resistência ao empilhamento e à humidade. Contudo, o elevado peso, o espaço requerido para armazenamento (já que a maioria dos formatos são já pré-montados), a possibilidade de contaminação microbiológica e o facto de requerer operações manuais, são factores frequentemente apontados como desvantagens. Adicionalmente, requer a maioria das vezes forros de outro material, mais macio, para evitar danos do produto por abrasão, sendo todas estas razões apontadas como causas de um progressivo abandono da caixa de madeira em benefício das caixas de plástico ou em cartão canelado.

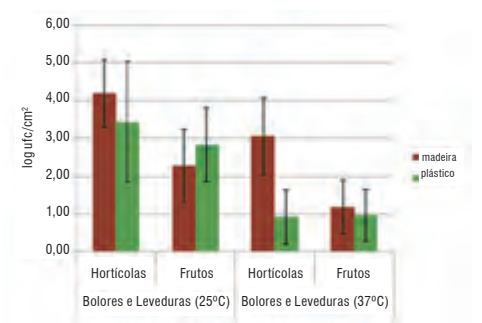


Figura 2: Contagem de bolores e leveduras a 25ºC e a 37ºC (log ufc/cm2), nas amostras recolhidas nas diversas colheitas realizadas no MARL.

O cartão, que entrou em cena na década de 70 no transporte de hortaliças, teria algumas desvantagens comparativas, face à madeira: elevada capacidade de absorção de humidade e reduzida capacidade de transmissão de calor. Assim, uma continuada investigação tecnológica de vanguarda conduziu ao cartão ondulado ou ao compacto, os quais, melhorados com o passar do tempo, permitiram incrementar o

EMBAR

Tradicionalmente, a madeira era o material mais utilizado na embalagem de frutas e hortaliças frescas.

stico mais higiénicas do que

as de madeira têm vindo a ser substituídas por caixas de plástico, co e de mais fácil limpeza do que a madeira. No GDEH/FCT/UNL, e madeira e plástico, tendo-se concluído que não existem diferenças minação microbiana elevada, verificada em algumas caixas de s da sua reutilização.

EMBAR

uso deste material para o acondicionamento de alimentos, e concretamente de produtos hortofrutícolas também. Ao alcançar este objectivo, as vantagens de preço, peso, facilidade de aprovisionamento, maior espaço útil para a publicidade do comerciante e do produto e menor custo de produção (pelo menos, inicialmente) determinaram que o cartão, na década de 90, se apresentasse como alternativa à madeira afectando a sua posição predominante (domínio absoluto nos anos 70).

Durante o período de competição entre a madeira e o cartão surgem no mercado também diferentes sistemas de caixas de plástico. Estas caixas são geralmente de polipropileno (PP), polietileno de alta densidade (PEAD) ou de poli(tereftalato de etileno) (PET). As principais vantagens das caixas plásticas de PEAD e de PP são a possibilidade de reutilização, a diversidade de tamanhos e formatos, a facilidade de limpeza, a elevada resistência mecânica e à humidade. A principal desvantagem apontada para as caixas

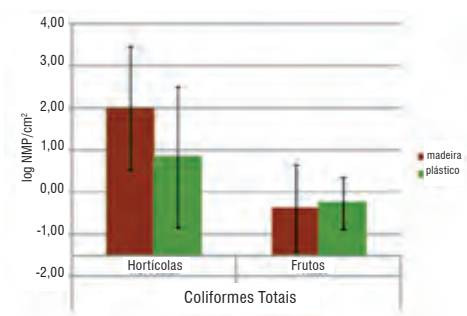


Figura 3: Contagem de bactérias coliformes (log NMP/cm2), nas amostras recolhidas nas diversas colheitas realizadas no MARL.

de utilização corrente é o espaço ocupado em vazio. Para contornar esta questão podem ser utilizadas caixas encastráveis ou colapsáveis. As caixas ou grades plásticas têm normalmente um preço superior ao das caixas de madeira ou de cartão canelado, mas pelo facto de terem uma duração maior, o seu custo inicial pode compensar.

Actualmente, são usados outros materiais para embalagens de produtos hortofrutícolas, na sua comercialização e transporte, para além dos já mencionados. Entre estes, incluem-se tabuleiros expandidos de poliestireno envolvidos com filmes de plástico extensível, sacos de papel ou de plástico, tabuleiros de PVC, etc. Normalmente, cebolas, alhos e batatas são comercializados em sacos de rede, a qual pode ser de fibra natural ou sintética.

Neste contexto, o presente trabalho pretende contribuir para o estudo da utilização da madeira versus plástico, na embalagem de produtos hortofrutícolas, sob o ponto de vista do factor higiene, uma vez que as embalagens de plástico são consideradas mais higiénicas do que as embalagens de madeira. Neste sentido, as caixas de madeira utilizadas no acondicionamento e transporte de produtos hortofrutícolas foram testadas e comparadas com caixas de plástico, utilizadas com o mesmo fim, em termos da sua contaminação microbiana. Para tal, foram efectuadas diversas amostragens no MARL, local escolhido por apresentar um elevado número de trocas comerciais e também de

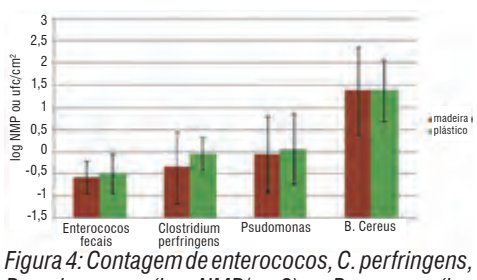


Figura 4: Contagem de enterococos, C. perfringens, Pseudomonas (log NMP/cm2) e B. cereus (log ufc/cm2), nas amostras recolhidas nas diversas colheitas realizadas no MARL.

variedade de produtos e materiais de embalagem. Em cada amostragem, foram recolhidas igual número de amostras em embalagens de madeira e de plástico. Tentou-se, para o mesmo tipo de produto (por exemplo, laranjas) recolher amostras em caixas de madeira e de plástico, para efeitos de comparação. Para controlar a higiene das embalagens utilizadas no transporte de produtos hortofrutícolas quantificou-se a flora microbiana existente na sua superfície. Escolheram-se os microrganismos que são habitualmente identificados com mais frequência em produtos hortofrutícolas, e que podem como tal contaminar as embalagens, bem como os que podem resultar do manuseamento das embalagens pelos operadores e pelas suas condições de utilização e de armazenamento. Assim, efectuaram-se as seguintes determinações nas amostras: contagem de microrganismos totais viáveis a 22ºC e a 36ºC, contagem de bolores e leveduras a 25ºC e a 37ºC, contagem de bactérias coliformes, contagem de enterococos, contagem de Escherichia coli, contagem de Clostridium perfringens, contagem de Pseudomonas e contagem de Bacillus cereus.

Nas amostras recolhidas no MARL, verificou-se que não existiram diferenças significativas entre a contaminação microbiana das caixas de madeira e de plástico, para a maioria dos microrganismos pesquisados e enumerados (contagem de microrganismos totais viáveis a 22ºC e a 36ºC – Figura 1; contagem de bolores e leveduras a 25ºC e a 37ºC, em caixas con-

(*continua na página seguinte*)

Referências

Adams, M. R., Moss, M. O. (1997) Microbiologia de los alimentos, Editorial Acribia, S.A. (Ed.), Saragoça, Espanha, 464 p.

Almeida, D. (2005) Manuseamento de Produtos Hortofrutícolas. SPI (1ª Ed) Porto, Portugal, 112 p.

Babesí, M.E., Díaz, R.V., Guevara, L. e Tapia, M.S. (2006). "Calidad Higiénica y Patógenos Asociados com Melones Mínimamente Procesados Expendidos en Supermercados". In: Livro de comunicações no I Simpósio Ibero-Americano de Vegetais Frescos Cortados, San Pedro, SP Brazil, Abril 2006, pp 47 – 54.

Camelo, A.F.L. (2004). Manual for the preparation and sale of fruits and vegetables – From field to market. FAO Agricultural Services Bulletin 151. Rome, Italy.

Poças, M.F.F. e Oliveira, F.A.R. (2001) Manual de Embalagem para Hortofrutícolas Frescos. Serviços de Edição da ESB/UCP (1ª Ed) Porto, Portugal, 29 p.

Revol-Junelles, A., Miguindou-Mabiala, R., Roger-Maigné, D., Millière, J. (2005) "Behavior of Escherichia coli cells and Bacillus cereus spores on poplar wood crates by impedance measurements." Journal of Food Protection, 68, nº1, 80-84 pp.

(*continuação da página anterior*)

tendo frutos – Figura 2; contagem de bolores e leveduras a 25ºC, em caixas contendo produtos hortícolas – Figura 2; contagem de bactérias coliformes - Figura 3; contagem de enterococos, C. Perfringens, Pseudomonas e B. cereus – Figura 4). Contudo, na contagem de bolores e leveduras a 37ºC, em caixas contendo produtos hortícolas, verificou-se uma contaminação significativamente mais elevada em caixas de madeira do que em caixas de plástico (Figura 2).

Em termos de contaminação microbiana, verificaram-se, no entanto, diferenças significativas entre o tipo de alimento contido nessas caixas, fruto ou hortícola, em termos da contagem de alguns microrganismos (bolores e leveduras, Figura 2 e coliformes, Figura 3), tendo-se observado uma maior contaminação nas caixas contendo produtos hortícolas.

Observou-se ainda que a contagem de microrganismos totais viáveis a 22ºC apresentou valores significativamente superiores à contagem de microrganismos totais viáveis a 36ºC (Figura 1) e que a contagem de bolores e leveduras a 25ºC apresentou valores significativamente superiores à contagem de bolores e leveduras a 37ºC (Figura 2). Este resultado está em conformidade com o que seria esperado, uma vez que a maioria dos microrganismos existentes nos produtos hortofrutícolas e que podem contaminar as embalagens, são microrganismos mesófilos, ou então psicrófilos. Em relação ao conjunto de microrganismos pesquisados e enumerados, verifica-se que as embalagens se encontram predominantemente contaminadas com bolores e leveduras. Em relação à contaminação bacteriana, verifica-se que a maior contaminação das embalagens se deveu a coliformes e a B. cereus.

Verificou-se ainda que as embalagens que apresentaram valores mais elevados de contaminação microbiológica (madeira ou plástico), eram também aquelas que apresentavam uma maior falta de higiene e de limpeza. Por outro lado, é de referir ainda que na maior parte das amostras analisadas, não foram detectados alguns dos microrganismos pesquisados, o que indica algum cuidado na higiene e limpeza das embalagens. É de realçar que em relação à contagem de E. coli, este microrganismo foi apenas detectado numa única amostra: numa embalagem de plástico contendo laranjas.

Os resultados obtidos neste estudo apontam para a possibilidade de contaminação e desenvolvimento microbiano nos materiais usados nas embalagens de produtos hortofrutícolas, sobretudo devido à ausência de boas práticas de higiene. É, portanto, fundamental que se realize a higienização, a limpeza e a desinfecção das caixas destinadas a acondicionar produtos hortofrutícolas para evitar a proliferação de microrganismos, principalmente nas embalagens que serão reutilizadas, previamente à sua utilização. A localização e as condições de armazenamento contribuem também significativamente para o controlo da qualidade microbiológica das embalagens de produtos hortofrutícolas. Estes requisitos são válidos para os dois tipos de material estudados, ou seja, é necessário ter estes cuidados quer os materiais sejam de madeira, quer sejam de plástico.

Agradecimentos
Os autores desejam referir que o estudo apresentado surgiu a pedido da EMBAR na sequência do protocolo estabelecido entre esta associação e o GDEH/FCT/UNL. Os autores agradecem à EMBAR o financiamento para a realização do estudo e à Engª Filipa Pico o auxílio na recolha das amostras no MARL.

Quercus em acção

Balanço Ambiental 2008

(-) Água e ar com má qualidade
(+) Menos área ardida
Apesar do ano 2008 ter sido marcado por questões económicas, como a subida do preço do petróleo e a crise financeira, as questões ambientais não foram relegadas para o esquecimento. É cada vez mais unânime nas sociedades actuais que a melhoria do desempenho ambiental é também uma forma de combater os problemas sociais e económicos.

Direcção Nacional da Quercus

A Quercus fez um balanço ambiental relativo ao ano de 2008, seleccionando os melhores e os piores factos, e apresentando algumas perspectivas para o ano de 2009:

OS PIORES FACTOS AMBIENTAIS DE 2008

Terceira travessia rodoviária do Tejo

A decisão de construir uma terceira travessia rodoviária sobre o rio Tejo, associada à componente ferroviária necessária para a entrada do comboio de alta velocidade em Lisboa, constitui um erro crasso em termos de mobilidade sustentável na área metropolitana de Lisboa. Os graves problemas de degradação da qualidade do ar, excesso de ruído e congestionamento do trânsito, provocados pelo tráfego automóvel excessivo na cidade de Lisboa, serão agravados com mais uma travessia rodoviária.

Betão avança no Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Depois da vaga de projectos turístico-imobiliários no Litoral Alentejano, o

IDALINA PERESTRELO

Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e a Rede Natura 2000 na Costa Sudoeste estão ameaçados por novas vagas de betão. Para além das 9.000 camas já existentes foram já aprovados, nalguns casos sem parecer do ICNB, mais cerca de 10.000 novas, existindo ainda intenções de construção de mais alguns milhares.

Má qualidade da água nos rios de Portugal

O Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (http://snirh.pt) revela

DR

que 36% dos pontos monitorizados nos rios portugueses apresentam água de qualidade má ou muito má, e 38% com qualidade apenas razoável. A qualidade da água nos nossos rios mantém estes resultados preocupantes já há vários anos sem que surjam medidas para a correcção dos inúmeros focos de poluição que estão na base deste problema. Exemplos desta inércia são o problema de poluição no rio Lis, devido aos esgotos das suiniculturas, e a poluição do rio Alviela causada pelos efluentes não tratados da indústria de curtumes. No primeiro caso, depois de longas décadas, só agora vai avançar a construção de uma estação de tratamento para servir mais de 400 explorações agropecuárias. No segundo, foram construídas estações para o tratamento dos efluentes da indústria de curtumes mas o problema de poluição mantém-se.

Degradação da qualidade do ar em Lisboa e Porto

Os últimos dados disponíveis (2007) revelam que quatro estações da rede de Monitorização da Qualidade do Ar do Norte do

país e uma de Lisboa apresentaram mais de 30% dos dias do ano com valores de poluição excessivos por partículas inaláveis. Foi o caso da Av. da Liberdade em Lisboa com 149 dias e, no Norte, Espinho com 127 dias, Matosi-

DR

nhos com 112 dias, Vila do Conde com 110 dias e Braga (Circular Sul) também com 110 dias em excesso. Para além destes casos mais graves, outras estações de monitorização da qualidade do ar registaram em 2007 valores que ultrapassam os limites legais, como foi o caso de Entrecampos em Lisboa, Seixal, Barreiro, Setúbal, Maia, Santo Tirso, Porto, Paços de Ferreira, Valongo, Paredes, Espinho e Guimarães.

Ano após ano esta situação repete-se com perdas de graves para a saúde pública, sem que sejam desenvolvidas as necessárias medidas para a sua correcção.

Cheias em Lisboa

No mesmo ano de 2008, em Fevereiro e em Outubro, cheias e inundações em Lisboa deixaram sérios avisos relativamente às enor-

NACIONALONLINE.WORDPRESS.COM

mes fragilidades associadas ao incorrecto ordenamento do território e à excessiva impermeabilização dos solos. Para além de Lisboa, também um pouco por todo o país, sempre que ocorrem chuvas mais intensas vêm à tona as debilidades inerentes ao cada vez mais desadequado ordenamento do território.

Rede Natura 2000 ameaçada pela Alta Velocidade e pelos Transgénicos

O Secretário de Estado do Ambiente aprovou o traçado Elvas-Caia da linha Lisboa-Madrid de comboio da alta velocidade

DR

que corta ao meio a Zona de Protecção Especial de Torre da Bolsa e Sítio do Caia. A avaliação da linha por troços sem ter em conta o traçado completo levou à definição de um traçado cuja saída foi atravessar a Rede Natura, quando uma avaliação adequada do traçado completo faria facilmente desviá-lo, para não cruzar esta zona sensível.

Para além da construção, a Rede Natura 2000 agora também é ameaçada pelo cultivo de transgénicos. O governo autorizou a realização de ensaios com milho transgénico resistente a herbicida em plena Rede Natura, em Monforte, numa zona delimitada para a protecção de aves estepárias. Estas aves, com estatuto de protecção, utilizam as culturas de cereais para se alimentarem e nidificarem, pelo que o milho geneticamente modificado e os herbicidas utilizados em excesso nessas culturas irão entrar na sua alimentação.

Plano Nacional de Barragens

O governo português aprovou e pretende implementar um Programa Nacional de Barragens cujos ganhos energéticos não se

IDALINA PERESTRELO

justificam face aos graves prejuízos para a biodiversidade e degradação dos recursos hídricos. Por outro lado, devido às alterações climáticas a disponibilidade de água poderá diminuir 40% até 2050 reduzindo a capacidade de produção hidroeléctrica e pondo em causa a viabilidade de todas estas barragens. As barragens planeadas produzirão electricidade equivalente a 3,3% da consumida em Portugal (dados de 2006) e correspondem a apenas 1% na poupança de emissões de gases com efeito de estufa (em comparação com o ano de referência do protocolo de Quioto - 1990). Ainda no que diz respeito às barragens que prejudicam a biodiversidade, a EDP, apesar da providência cautelar que a Plataforma Sabor Livre instaurou, não parou a obra de construção da barragem do Sabor desrespeitando o que está previsto na lei.

OS MELHORES FACTOS AMBIENTAIS DE 2008

Redução da área ardida

Ao contrário dos anos negros de 2003 e 2005 em que arderam, respectivamente, 420 mil e 294 mil hectares de floresta, em 2008 a área ardida ficou-se por pouco mais de 14 mil hectares, ligeiramente abaixo dos números de

UTAD

2007 (quase 18 mil hectares). Estes são excelentes resultados, muito abaixo dos valores a que fomos habituados nas últimas décadas, pelo que a manterem-se nos próximos anos representará a resolução rápida de um grave problema que se vinha a agravar.

Inauguração dos CIRVER – Resíduos Perigosos

A 4 de Junho de 2008 foram inaugurados na Chamusca os Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de

L. FERNANDES

Resíduos Perigosos (CIRVER), unidades responsáveis pelo tratamento da quase totalidade dos Resíduos Industriais Perigosos (RIP), sobrando menos de 10% para co-incineração.

Proibição de fumar em espaços fechados

Entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2008 a nova lei do tabaco (Lei nº37/2007 de 14 de Janeiro) que proíbe fumar na maior parte dos espaços fechados. Esta é uma medida que tem sido, de forma geral, respeitada e que tem contribuído para uma melhoria

DR

substancial da qualidade do ar no interior dos edifícios.

PIN em Rede Natura parado pelo tribunal

Em sequência de uma providência cautelar interposta pela QUERCUS e pelo GEOTA relativamente ao projecto turístico-imobiliário Costa Terra, um projecto PIN

DR

em Rede Natura 2000 no Litoral Alentejano, o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa decidiu em Fevereiro de 2008 suspender o alvará de loteamento e mandar parar a execução da obra iniciada em 2007, situação que se mantém até hoje.

O aviso da subida do preço do petróleo

DR

Apesar de ter voltado a descer, a rápida subida do preço do petróleo ao longo de 2008 deixou um sério alerta para a necessidade de procurar novas fontes energéticas não poluentes e apostar de forma séria na eficiência energética. A subida do preço dos combustíveis conseguiu em pouco tempo o que a educação ambiental não alcançou em décadas: uma redução no consumo de combustíveis fósseis. Esperamos que com a descida do preço do petróleo não volte tudo ao mesmo.

ALGUMAS PERSPECTIVAS AMBIENTAIS PARA 2009

O ano de 2009 apresenta como maior desafio a consolidação do recente entendimento de que um melhor desempenho ambiental, nomeadamente ao nível energético e na poupança e salvaguarda dos recursos naturais, poderão constituir um grande contributo para ultrapassar a crise económica que actualmente nos bate à porta.

A aplicação do Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios a todos os edifícios (novos e existentes) a partir de 1 de Janeiro de 2009 será, a ser bem implementado, um importante instrumento para garantir um melhor desempenho energético do parque urbano e uma melhor qualidade do ar no interior dos edifícios.

O novo Orçamento de Estado para 2009 prevê um incentivo fiscal à compra de veículos eléctricos na forma de uma dedução à colecta no IRS dos custos de aquisição, que pode ir até ao montante máximo de 796 euros. Este incentivo, associado à prometida disponibilidade de veículos eléctricos no mercado, poderá contribuir para a redução dos graves problemas de poluição sonora e atmosférica que actualmente se vive nas principais cidades do país.

O incentivo à microgeração de energia eléctrica a partir de fontes renováveis levou a uma forte adesão por parte dos portugueses esgotando as potências disponíveis nas primeiras horas a partir do momento em que as inscrições são abertas. Em 2009 é essencial aumentar a potência disponível para a microgeração no âmbito deste sistema de incentivos, de modo a concretizar uma maior participação dos cidadãos na microgeração de energia.

Projecto Cabeço Santo

Reconversão de eucaliptal em floresta autóctone

Núcleo Regional de Aveiro da Quercus

ECOSANTO.FILES.WORDPRESS.COM

Depois de um Verão de intensos trabalhos, levados a cabo por pessoal profissional, no âmbito do Protocolo de colaboração assinado entre a Quercus, a Silvicaima e a Câmara Municipal de Águeda, o Outono trouxe a boa notícia de que a candidatura ao fundo ONG Ambiente do Espaço Económico Europeu (EEA Grants) tinha sido aprovada, tendo os trabalhos no contexto deste projecto início já em Janeiro de 2009. Entretanto, ainda no Outono, recolheram-se sementes de árvores e arbustos nativos, para efeitos de propagação local e contribuindo também para o projecto Criar Bosques da Quercus.

Logo a partir do início do ano de 2009 dar-se-á início à jornada de plantação e sementeira de árvores e arbustos. Embora a eliminação de plantas (de espécies exóticas e invasoras) seja, para este projecto, um desafio maior do que a introdução de outras novas (as nativas), as que o forem contribuirão também para o balanço do Projecto Criar Bosques. Ainda que boa parte deste trabalho deva ser realizada com recurso a mão-de-obra profissional, a participação voluntária é bem-vinda, aos Sábados, de acordo com um calendário a definir em breve, e que estará disponível no blogue do projecto: http://ecosanto.wordpress.com.

Estejam pois atentos os potenciais voluntários da região centro – norte – litoral.

Paulo Domingues (responsável pelo Projecto Cabeço Santo)

QUERCUS-AVEIRO

APELO A VOLUNTÁRIOS

A **Quercus-Aveiro** precisa de novos colaboradores, associados, para assumirem responsabilidades dirigentes!

Apelamos a que participes, na próxima reunião da Assembleia do Núcleo, a 06/02/2009, às 20:00, conforme convocatória anteriormente divulgada neste Jornal.

a utopia
do Padre Himalaya

sessão de inverno
Um documentário seguido de uma conversa, para acabar com o frio

A Utopia do Padre Himalaya
Um filme de Jorge António, baseado na obra "A Conspiração Solar do Padre Himalaya" de Jacinto Rodrigues
Produção: Lx Filmes, Cor, 52 min., DV . Portugal, 2004

Em 1904, uma multidão agrupava-se à entrada da Exposição Mundial de St. Louis, no Missouri, E.U.A., para admirar uma gigantesca estrutura em aço, na qual milhares de espelhos reflectiam a luz solar. Tratava-se do "Pyrheliophero", um revolucionário aparelho de utilização da energia solar, que ganhou o Grande Prémio da Exposição. O seu inventor, o padre Manuel Gomes Himalaya, não constava sequer da representação oficial portuguesa. Este filme pretende dar a conhecer a vida extraordinária deste inventor genial e visionário, um pioneiro da ecologia e das energias renováveis que a História parece ter esquecido.

Auditório do Museu da Vila Velha - Vila Real
10 de Janeiro de 2009 (sábado) - 15:00

entrada livre

Vila Real Lx filmes

À descoberta da Serra de S. Mamede

NUNO SEQUEIRA

Os Núcleos Regionais de Castelo Branco e de Portalegre da Quercus organizaram no fim-de-semana de 8 e 9 de Novembro, uma saída de campo no Parque Natural da Serra de S. Mamede.

Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus e Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

A Serra de S. Mamede constitui um "oásis" quando comparada com as restantes paisagens alentejanas. Trata-se de um local que, pelas diferentes tipologias do seu clima e geologia, apresenta uma biodiversidade notável que se manifesta sobretudo na sua flora.

O Parque Natural da Serra de S. Mamede ocupa uma área aproximada de 31 750 ha, distribuídos pelos concelhos de Portalegre, Castelo de Vide, Marvão e Arronches, abrangendo dois tipos de paisagem completamente distintos. A Sul, as típicas planícies alentejanas, e a Norte, uma zona de declives mais acentuados que permitem a proliferação de um diversificado coberto vegetal.

Com esta actividade, pretendeu-se tomar contacto com a beleza e diversidade das paisagens existentes neste Parque Natural, observar e identificar a sua diversidade florística e faunística. Pretendeu-se também descobrir algumas das particularidades geológicas da região e comprovar a tipicidade das suas povoações e respectivas tradições culturais, através da participação na Feira da Castanha e Festa do Castanheiro.

Foram realizados dois percursos pedestres interpretativos, em Marvão e em Galegos, com actividades de observação de fauna e flora, Participaram nesta actividade cerca de 30 pessoas de vários pontos do país e ao longo de todo o fim-de-semana reinou a boa disposição e o convívio entre os participantes, tendo no final ficado a promessa de aqui regressarmos no próximo ano.

"2os Encontros Ecológicos"

Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

Integrados no seu Plano Anual de Actividades para 2008, o Núcleo Regional de Portalegre da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, organizou durante o mês de Dezembro os seus "2os Encontros Ecológicos".

Com esta iniciativa, que teve o apoio da Escola Superior de Educação de Portalegre, pretendeu-se criar um espaço de reflexão e debate em torno de diversas temáticas ligadas ao Ambiente, procurando levar a todos os interessados, a opinião e o conhecimento dos oradores convidados para as diferentes sessões.

NUNO SEQUEIRA

Esta segunda edição dos "Encontros Ecológicos" teve como pano de fundo o tema "Proteger a Biodiversidade", pretendendo-se ao longo das três sessões a realizar, dar a conhecer ao grande público assuntos plenos de relevância e actualidade.

Assim, no dia 2 de Dezembro, o tema "Flora e vegetação" esteve em destaque. Foram convidados desta sessão João Castro Antunes, engenheiro agrónomo e Isabel Passos, bióloga.

Ao longo de mais de duas horas de conferência pudemos tomar contacto com alguns dos aspectos que dizem respeito a este vasto tema, pela voz de oradores que, de forma simples e acessível, nos souberam trazer um pouco da sua experiência e conhecimento na área.

No dia 9 de Dezembro, José Manuel Grosso-Silva, entomologista e Francisco Simão, professor e fotógrafo amador, foram os oradores convidados para a sessão subordinada ao tema "Insectos e Fotografia da Natureza".

Durante esta tarde tivemos oportunidade de tomar contacto com algum do trabalho que os convidados têm vindo a desenvolver nestas áreas. Para além do evidente interesse que o tema despertou nos presentes, foi também possível constatar a aplicação didáctica que o mesmo poderá ter junto das escolas.

No encerramento dos "2os Encontros Ecológicos", foi a vez de ouvir José Miguel Fonseca, agricultor e presidente da Associação "Colher para Semear" e Manuel Fernandes, professor e agricultor biológico. O tema da "Biodiversidade Agrícola e Alimentação" foi o desenvolvido neste dia 10 de Dezembro.

Para além de temas como a preservação da biodiversidade agrícola, os modelos de agricultura e o futuro sustentável da humanidade, foi também possível abordar alguns assuntos que, estando ligados à alimentação da população humana, têm vindo a marcar a actualidade. No final da sessão, um animado debate permitiu aos participantes colocarem as suas questões resultando o momento numa proveitosa troca de opiniões sobre o tema.

Paralelamente às sessões realizadas, e integrada também no programa dos "Encontros Ecológicos" deste ano, realizou-se a exposição fotográfica subordinada ao tema "A biodiversidade do Parque Natural da Serra de S. Mamede" de Francisco Simão.

Como conclusão destas Jornadas, ficou a nota de uma cada vez maior necessidade e interesse da população nas temáticas ambientais. Ficou também demonstrada a oportunidade da organização de um evento com estas características, que ao longo de três dias, levou ao centro de Portalegre algumas centenas de pessoas. A todos os que colaboraram na organização da iniciativa deixamos o nosso agradecimento.

Quercus e Universidade do Porto assinam protocolo por uma universidade mais amiga do ambiente

IDALINA PERESTRELO

Núcleo Regional do Porto da Quercus

O reitor da Universidade do Porto, José Marques dos Santos, e o presidente da Quercus, Hélder Spínola, assinaram formalmente o protocolo de colaboração entre as duas entidades, no passado dia 5 de Dezembro, numa cerimónia pública que teve lugar no Salão Nobre da Universidade do Porto.

A Universidade do Porto vai ficar mais verde. Graças a um inédito acordo de colaboração com a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, a U. Porto e toda a sua comunidade académica vão ser alvo de uma sensibilização ambiental e eficiência energética que tem por objectivos a racionalização dos consumos de água e electricidade e a gestão mais eficaz de resíduos em todos os edifícios da Universidade.

O primeiro alvo desta campanha será as nove residências universitárias e as 17 cantinas e bares geridos pelos Serviços da Acção Social da U. Porto (SASUP), estendendo-se mais tarde a todas as unidades orgânicas da Universidade e a toda a sua comunidade.

A Quercus encontra-se já a realizar peritagens àquelas infra-estruturas dos SASUP, com o objectivo de obter informações sobre o funcionamento de cada unidade para que sejam depois propostas alterações ao nível da despesa energética, do consumo de água e do tratamento de resíduos. Estas deslocações visam, também, adaptar a campanha dirigida aos estudantes que usufruem daquelas infra-estruturas à realidade de cada local.

U.PORTO UNIVERSIDADE DO PORTO

Quercus

Acções pelo Ambiente em Braga

Núcleo Regional de Braga da Quercus

ANA ANDRÉ

Exposição "Natureza em risco"

A exposição "Natureza em Risco", da Quercus, esteve patente no Museu D.Diogo de Sousa, em Braga, e pretendeu mostrar a todos os seus visitantes as espécies que se encontram em risco de extinção. Os 24 painéis com ilustrações científicas dos animais ameaçados são da autoria do biólogo e ilustrador científico Nuno Farinha e a exposição é propriedade do Núcleo do Porto da Quercus, que posteriormente a disponibilizou ao Núcleo de Braga.

Ao longo da exposição é possível identificar inúmeras espécies, umas mais familiares do que outras. No caso das primeiras destaca-se o atum, *Thunnus obesus*, o lobo ibérico, *canis Lupus signatus*, o lince, *Lynx pardinus*, a salamandra lusitânica, *Chioglossa lusitanica* e a coruja-do-nabal, *Asio flammeus*. Outras espécies menos conhecidas passam pela víbora cornuda, *Vipera latastei*, cistácea, *Halimium verticilatum*, toupeira de água, *Galemys pyrenaicus* ou notibó-de-nuca-vermelha, *Caprimulgus ruficollis*.

As espécies apresentadas estavam classificadas de acordo com o grau de extinção sendo umas vulneráveis (VU) enquanto outras se encontravam em perigo (EN). Esta classificação foi estabelecida dentro das espécies ameaçadas pela União Internacional para a Conservação da Natureza.

Ao longo do tempo de permanência da exposição, ou seja um mês (de 28 de Outubro a 28 de Novembro), passaram pelo espaço do Museu D.Diogo de Sousa mais de 700 crianças entre o pré-escolar, o 1º e o 2ºCiclos de escolaridade, bem como alguns adultos. Todas as escolas de Braga foram convidadas e muitas agarraram a oportunidade. Para além da visita à exposição, as crianças puderam realizar actividade diversas como o desenho, coloração de imagens, assistir a uma peça de teatro, observar a elaboração de um molde de uma pegada de lobo, ouvirem contos e visualizar filmes. Todas estas actividades foram acompanhadas de sons da natureza (gravações dos sons de um rio ou duma floresta). Inserido nas actividades propostas e como foi atrás referido, foi lançado um concurso de desenho para os mais pequenos. Esta acção pretendia estimular a criatividade e atenção dos mais pequenos para as espécies apresentadas na exposição. Desse modo era-lhes pedido que desenhassem um animal ou uma planta que tivessem gostado de ver na exposição. Os desenhos eram feitos após a visita à exposição, numa sala do Museu D. Diogo de Sousa. Todas as obras criadas deviam sê-lo apenas com o lápis de grafite e uma folha A4 reciclada. Finda a actividade os desenhos eram recolhidos e guardados para avaliação do júri. A iniciativa foi um sucesso contando com a participação total de cerca de 400 crianças. Os desenhadores, dentro de cada categoria, dos melhores desenhos foram premiados, para o que contamos com o apoio dos patrocinadores Livraria 100.ª Página e Loja do Comércio Justo, a quem agradecemos. Será necessário dizer que a escolha foi difícil pois a qualidade de todos os desenhos era muito elevada. Um muito obrigado ao Museu D. Diogo de Sousa por todo o apoio dado a esta actividade. Ana André

Acção de formação sobre agricultura biológica

A Quercus de Braga levou a cabo mais uma acção de formação sobre agricultura biológica intitulada "Faça Agricultura Biológica no seu quintal". Foi uma formação que privilegiou a parte prática, sendo, por isso, desenvolvida ao longo de 3 meses (seis sessões), para permitir aos participantes porem em prática todas as técnicas inerentes ao modo de produção biológica.

Nesta actividade participaram cerca de 20 pessoas, com nível académico elevado e idades compreendidas entre os 20 e 70 anos. A maioria dos participantes era professor do 2º ou 3º ciclos, cujo interesse era aplicar os conhecimentos adquiridos na construção de uma pequena horta biológica, na sua escola.

No final os formandos manifestaram,

ANA ANDRÉ

através de avaliação escrita, satisfação e interesse em aperfeiçoar os seus conhecimentos nesta área, sugerindo alguns subtemas tais como podas e biopesticidas, incentivando o Núcleo a apostar nesta área tão importante para o ambiente e para a saúde dos indivíduos, como é a Agricultura Biológica. Márcia Ferreira

Palestra "Natureza em Risco I"

O Núcleo de Braga da Quercus realizou no passado dia 12 de Dezembro a primeira de um conjunto de palestras subordinadas ao tema "Natureza em Risco", onde se irão apresentar espécies em vias de extinção no nosso país e acções em curso para a sua conservação. A Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva recebeu a palestra do CERVAS - Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens , sedeado no Parque Natural da Serra da

ANA ANDRÉ

Estrela. O biólogo André Aguiar começou por apresentar os centros de recuperação espalhados pelo país e, entre as causas que levam ao ingresso nos centros de recuperação apontou os atropelamentos, a electrocussão bem como causas naturais, tal a queda dos ninhos dos juvenis. De acordo com os dados recolhidos durante o ano de 2007, o cativeiro ilegal, a queda dos ninhos, o atropelamento, a debilidade (muitas vezes devido a grandes migrações) foram as causas mais frequentes. O Cervas tem como âmbito de intervenção a recuperação dos animais, para o que possuiu equipamento adequado, e realiza investigação ao nível da ecologia, genética, educação ambiental, treino de animais pré-libertação, plumoteca e entomologia forense em projectos de licenciatura e mestrado, bem como estágios. Para 2009 outros desafios se aproximam, entre eles conta-se a criação da base de dados do CERVAS, mapeamento dos locais de ingresso, BARN - Conservação e estudo da distribuição de aves de rapina no concelho de Gouveia. Uma grande aposta do CERVAS passa pela libertação de animais recuperados, onde procura reunir figuras públicas, escolas e grupos de risco, de forma a mostrar a importância de tal acção. O centro aposta forte na educação ambiental, percorrendo as escolas da região e palestrando sobre determinadas espécies animais bem como salientando a importância dos procedimentos a tomar quando se encontram animais feridos. Ana André

Salão de Energias Alternativas e Ambiente

A Quercus - Núcleo de Braga participou, nos dias 12, 13 e 14 de Dezembro, no II Salão de Energias Alternativas e Ambiente que se realizou no Pavilhão da Associação Industrial do Minho, em Viana do Castelo, visto que o Núcleo de Viana se encontra inactivo.

ANA CRISTINA COSTA

Apesar de ser a primeira participação da Quercus neste salão pode dizer-se que foi um êxito. Ao longo de sexta-feira, sábado e domingo o stand da associação contou com a participação de cerca de 100 pessoas, entre elas muitas famílias e escolas ou simples curiosos. O stand apresentava o projecto movimento e energia do Grupo de Trabalho de Formação e Educação Ambiental da Quercus, onde as bicicletas expostas produziam energia que permitia a realização de experiências relacionadas com a forma de produção de energias renováveis. Ao visitarem o nosso stand os participantes podiam observar o funcionamento de uma pequena barragem, aproveitamento da força das marés, funcionamento de um areogerador e de um painel solar, sendo este último o mais popular pois pela produção de energia solar os mecanismos instalados permitiam observar um jogador de futebol a pontapear a bola. Dentro do stand encontravam-se também painéis alusivos ao top ten, ecofamílias, ecocasa. O Núcleo de Braga levou consigo também o forno solar, compostores, diversos brinquedos solares, que causaram a admiração da pequenada bem como diversas publicações para venda. Aproveitou-se também para a divulgar as actividades do Núcleo de Braga que, apesar de não se realizarem muito próximo de Viana, e motivam para uma visita ao nosso distrito. Ana André

Quercus em acção

CIR – Centro de Informação de Resíduos

Resíduos de Embalagens e Medicamentos fora de uso vão passar a ser reciclados

A Quercus, como membro do Conselho Consultivo, tem alertado a Valormed, desde a sua criação, em reuniões e comunicações diversas para a necessidade de se fazer a triagem e reciclagem dos Resíduos de Embalagens e Medicamentos fora de uso. Sem esse tratamento pouca validade ambiental, social e até económica tem o sistema Valormed.

CIR – Centro de Informação de Resíduos

Curiosamente, o sistema como estava montado, já se estaria a incinerar mais de 21% desse tipo de resíduos (3 vezes mais do que pela via sistema Valormed), isto porque na pior das hipóteses estes já são recolhidos em conjunto com o lixo comum nas zonas da Lipor (Porto), da Valorsul (Lisboa) e da Valor Ambiente (Madeira) e isto sem qualquer necessidade de aumentar circuitos de recolha.

As características dos Resíduos de Embalagens e Medicamentos fora de uso permitem ter outros destinos para além da incineração.

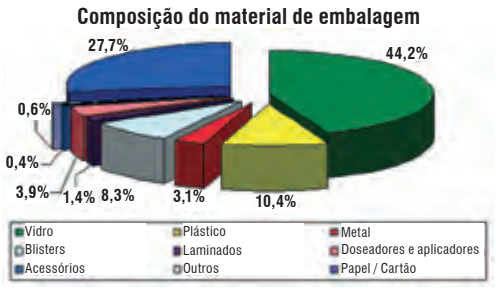
O que são

São resíduos de embalagem e medicamentos entregues pelo cidadão nas farmácias aderentes ao sistema Valormed. Em proporção em relação aos RSU – Resíduos sólidos Urbanos representam só 0,2%, ou seja, são produzidas anualmente pouco mais de 10 mil toneladas.

Os Resíduos de Embalagens e Medicamentos fora de uso, já contêm pouca quantidade de medicamento, sendo constituídos essencialmente por papel/cartão, vidro e plástico.

Segundo dados apresentados num seminário, em 2005, pela Valormed, a fracção embalagem apresenta a seguinte caracterização:

No entanto, temos indicação que nestes últimos 3 anos a percentagem do material plástico tem aumentado em detrimento do vidro.



O que é a Valormed

A VALORMED – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagem e Medicamentos, Lda., criada em 1999, resulta da junção de um conjunto de entidades ligadas à área da Saúde, ANF – Associação Nacional das Farmácias, APIFARMA – Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica, FRECOFAR – Federação das Cooperativas de Distribuição Farmacêutica, GROQUIFAR – Associação de Grossistas de

IDALINA PERESTRELO

Produtos Químicos e Farmacêuticos e é responsável pela gestão dos Resíduos de Embalagens e Medicamentos fora de uso entregues pelo cidadão nas farmácias.

A licença atribuída a esta entidade obriga-a, entre outras coisas, a cumprir metas de recolha e reciclagem de embalagens.

Gestão actual

Presentemente, desde Outubro, a Valormed está proibida pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente de enviar os Resíduos de Embalagens e Medicamentos fora de uso para incinerar. Aliás, os incineradores dos RSU não estão autorizados a queimar este tipo de resíduos sem antes sofrerem uma triagem. Desta forma, esses resíduos estão então a ser temporariamente armazenados.

No entanto, antes dessa proibição, desde 2001 que os resíduos são colocados nas farmácias em contentores de cartão, a recolha e armazenagem intermédia foi assegurada por empresas distribuidoras de medicamentos, existindo depois uma recolha com destino para os incineradores da Lipor e da Valorsul. No caso do incinerador da Valor Ambiente estes estavam a ser incinerados sem o próprio acordo da Valormed.

Segundo dados da Valormed, desde o início do seu funcionamento foram incineradas 2802 toneladas. De referir que nem tudo são resíduos do sistema, a própria Valormed assume que mais de 18% são Resíduos de Materiais Estranhos ao SIGREM colocados nos contentores de cartão indevidamente pelas farmácias.

Porquê fazer a triagem destes resíduos?

Ao analisarmos a caracterização destes resíduos, facilmente se compreende que a maior parte são materiais adequados para serem reciclados pelas várias indústrias de reciclagem, nomeadamente do papel/cartão, plástico, metais e vidro.

Para além de se evitar a incineração de materiais adequados para a reciclagem também vamos evitar que os Resíduos de Materiais Estranhos ao SIGREM sejam incinerados, alguns desses resíduos estão completamente desaconselhados para a queima, como são o caso os termómetros de mercúrio.

Existe pelo menos um operador de gestão de resíduos que há largos anos se dedica a gerir resíduos da indústria farmacêutica, farmácias hospitalares e resíduos de farmácia. No geral são resíduos resultantes de lotes não conformes, material retirado do mercado, lotes com prazo de validade a acabar, etc.. Ou seja, resíduos com características muito semelhantes aos Resíduos de Embalagens e Medicamentos fora de uso.

A referida empresa actualmente faz triagem dos referidos resíduos e envia para queimar, fora de Portugal, praticamente só a fracção medicamento. O restante (vidro, papel/cartão, metal e plástico) é reciclado em Portugal, sendo enviados para reciclar mais de 70% do total dos resíduos geridos.

De referir que se estima que os custos com a triagem das 638 toneladas recolhidas em 2007 representariam somente 5% do valor facturado anualmente, pela Valormed, às empresas através do Valor de Contrapartida de Responsabilidade (VCR).

Por outro lado, a licença da Valormed apresenta a obrigação do cumprimento de metas de recolha e triagem, nomeadamente, em 2011 terão que ser, no mínimo recicladas 4435 t de resíduos de embalagem (das quais 1837 t de papel/cartão, 365 t de plástico, 1934 t de vidro, 121 t de metais e 181 t de compósitos. Complementarmente, e como em 2011 terão que ser valorizadas, no mínimo, cerca de 4839 t de resíduos de embalagens (ou seja, 60% do colocado no mercado), as restantes 404 t, deverão ser recicladas ou valorizadas energeticamente.

Gestão futura

A APA, depois do alerta da Quercus, veio obrigar a Valormed a procurar uma solução de triagem a curto prazo. Pela informação recolhida, até à data, pela Quercus podemos afirmar que antes do final do ano a Valormed já escolheu a empresa que vai fazer a triagem dos Resíduos de Embalagens e Medicamentos fora de uso, passando desta forma os vários materiais constituintes a serem reciclados.

Referências

• APA – Agência Portuguesa do Ambiente: http://www.apambiente.pt
• VALORMED – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagem e Medicamentos, Lda.: http://www.valormed.pt
• Seminário "Gestão de Resíduos na Fileira do Medicamento", 2001, Valormed
• Licença da Valormed de 2007
• Relatório de Actividades de 2007 da Valormed

Destaque

Ano de 2008

Qual o balanço para os recursos hídricos?

Sandra Oliveira

IDALINA PERESTRELO

Ao longo dos últimos 12 meses, vários foram os acontecimentos que marcaram a acção da Quercus em prol da protecção e gestão sustentável dos recursos hídricos em Portugal. Neste início de ano, aproveito para fazer o balanço dos progressos e das principais dificuldades do ano que passou, que pode também servir como ponto de partida para delinear estratégias a adoptar neste ano que agora começa.

Janeiro e Fevereiro

Nos dias 18 e 19 de Janeiro realizou-se em Braga a 23ª Cimeira Luso-Espanhola, um encontro anual que reúne Ministros e entidades portuguesas e espanholas com o intuito de discutir estratégias comuns e aprofundar as relações bilaterais entre os dois países. A Convenção de Albufeira, sobre a gestão e partilha das bacias hidrográficas comuns a ambos os países, foi um assunto abordado. A Quercus, em conjunto com o GEOTA e a LPN, lançou um comunicado apelando ao cumprimento das disposições da Convenção e a definição de caudais não anuais que permitissem uma gestão mais adequada e justa dos rios ibéricos.

Durante a segunda conferência das partes da convenção de Albufeira, realizada em Madrid em Fevereiro, os governos de Portugal e Espanha acordaram um novo regime de caudais com valores mínimos trimestrais e semanais para a gestão partilhada dos rios luso-espanhóis. A definição de caudais trimestrais e semanais mínimos assegura a manutenção do caudal ecológico

LUÍS AVELAR

ao longo do ano e a transferência de água para Portugal adequada às características sazonais. Um avanço positivo que peca por tardio.

A 6 de Fevereiro, recebemos informação não oficial que a consulta pública da Refinaria de Balboa, planeada para a Extremadura Espanhola na área abrangida pela bacia do Guadiana, estava a decorrer, com término dois dias depois, prazo demasiado curto para que pudéssemos participar. A informação oficial que devia chegar às ONGA não foi devidamente encaminhada em Portugal, tendo as entidades responsáveis sido

> “Neste início de ano, aproveito para fazer o balanço dos progressos e das principais dificuldades do ano que passou, que pode também servir como ponto de partida para delinear estratégias a adoptar neste ano que agora começa.”

contactadas e alguns comentários sobre a falta de transparência do processo foram feitos através da comunicação social.

Em Janeiro, o Partido “Os Verdes” convocou as ONGA e várias entidades interessadas para uma audição pública

LUÍS AVELAR

> "A acção da Quercus pelos recursos hídricos em 2008 não se esgota nestas acções mais mediáticas e/ou exigentes. Outras tarefas, de entre as quais a resposta a questões e denúncias, a informação ao público, a redacção de artigos para diversas publicações, foram igualmente importantes para manter o tema da água "à superfície"."

parlamentar sobre o Plano Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH). Este plano foi aprovado directamente pelo governo sem ter sido discutido na Assembleia da República. No dia 8 de Fevereiro, Os Verdes levaram o plano para discussão na Assembleia, em debate de urgência.

IDALINA PERESTRELO

A 13 de Fevereiro, abriu o concurso público para a construção da barragem do Tua e as restantes a partir de Março. Ao longo do ano, a Quercus fez diversas acções, essencialmente a nível político e mediático, chamando a atenção para as consequências nefastas que o plano de barragens irá trazer e para as diversas alternativas existentes.

A 22 e 23 de Fevereiro, a Quercus participou, em representação das ONGA portuguesas, numa reunião de ONGA europeias e no seminário sobre gestão sustentável da água organizado pelo EEB – European Environmental Bureau, em Bruxelas. O objectivo principal deste encontro era a discussão dos resultados da consulta pública sobre as Questões Significativas para a Gestão da Água, um processo obrigatório que Portugal ainda não iniciou (devia terminar em Dezembro de 2007), relacionado com os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica.

O tema da construção de barragens, na perspectiva do cumprimento da Directiva-Quadro da Água, foi igualmente abordado, tendo o PNBEPH merecido destaque. Deste encontro despontou a iniciativa de escrever uma carta dirigida à Comissão Europeia sobre este plano.

Março e Abril

Para assinalar o Dia Mundial da Água, celebrado a 22 de Março, a Quercus e a LPN, em parceria com outras 9 associações e o EEB, remeteram uma carta ao Presidente da Comissão Europeia, com o objectivo de o alertar para os planos de construção de 12 novos empreendimentos hidroeléctricos apresentados pelo Governo Português. Em consequência desta carta, foi aberto recentemente um inquérito ao Plano de Barragens ao nível da União Europeia, que esperamos venha a dar frutos.

Também nesse dia, a Quercus realizou uma actividade de sensibilização na estação do Oriente, em Lisboa, alertando para os problemas relacionados com o saneamento existentes tanto a nível do país como a nível global e apresentando dicas para a reutilização de águas residuais. Esta actividade teve eco na comunicação social, incluindo na TV (SIC).

A Quercus participou na Sessão Técnica sobre o Planeamento Hidrológico e as Alterações Climáticas, a 21 e 22 de Abril, sobre a aplicação da Convenção de Albufeira, os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica e os desafios decorrentes das alterações climáticas.

Maio, Junho, Julho e Agosto

Durante este período, a Quercus participou em diversas consultas públicas sobre legislação relativa a recursos hídricos, entre os quais:

► Projecto de Decreto-Lei que estabelece o regime de protecção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas

► Projecto de Decreto-Lei que estabelece o regime de protecção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração, transpondo para o direito interno a Directiva n.º2006/118/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro

Setembro e Outubro

No dia 1 de Outubro, Dia Nacional da Água, a Quercus organizou uma actividade de sensibilização, alertando para a necessidade de garantir a boa qualidade das águas superficiais. Para esta actividade, divulgada através da comunicação social, foram feitas medições de parâmetros em diversos pontos do país durante os últimos dias de Setembro e procedeu-se à análise dos dados obtidos, a partir da metodologia aplicada pelo Instituto da Água. Os resultados indicam que a qualidade das águas superficiais em Portugal não cumpre os requisitos exigidos por lei: 36% dos pontos monitorizados nos rios portugueses apresentaram água de qualidade má (20%) ou muito má (16%), 38% com qualidade razoável e 26% com qualidade boa (24%) ou excelente (2%). A melhoria da qualidade da água dos rios é fundamental para a conservação dos ecossistemas e para a protecção da saúde pública.

Novembro e Dezembro

No dia 30 de Novembro, celebraram-se 10 anos da entrada em vigor da Convenção de Albufeira. Nesse dia, a Quercus lançou um comunicado reflectindo os avanços e recuos no cumprimento das disposições da Convenção e apelando à necessidade urgente de a aplicar em pleno.

Balanço global

A acção da Quercus pelos recursos hídricos em 2008 não se esgota nestas acções mais mediáticas e/ou exigentes. Outras tarefas, de entre as quais a resposta a questões e denúncias, a informação ao público, a redacção de artigos para diversas publicações, foram igualmente importantes para manter o tema da água "à superfície". Apesar do esforço e de algumas pequenas vitórias, o balanço não é favorável, tendo em conta as grandes batalhas que ainda temos pela frente e que já se arrastam há vários anos, como o plano de Barragens, a qualidade das águas dos rios, a Convenção de Albufeira, o saneamento, a qualidade da água para consumo humano… Apesar disso, os principais eventos e decisões relacionados com a água têm sido acompanhados pela Quercus, na medida das capacidades desta associação que tenta, acima de tudo, não baixar os braços. A estratégia de acção para este ano de 2009 irá, uma vez mais, reflectir esta determinação e a vontade de responder aos desafios, independentemente dos obstáculos que surjam pelo caminho.

Alecrim

A planta da memória

Alecrim, alecrim dourado,
que nasce no monte sem ser semeado.
Ai, meu amor, quem te disse a ti
que a flor do monte era o alecrim?!
(Letra e música: Popular)

WWW.SETUBALPENINSULADIGITAL.PT

Alecrim (Rosmarinus officinalis), uma planta tão popular, que "nasce no monte sem ser semeada", ocupa um lugar de relevância na nossa flora como planta medicinal e aromática. É uma planta que tem igualmente associada ritos e tradições. Rosmarinus é o género a que pertence o alecrim, com origem no latim e que significa "orvalho que veio do mar" devido ao seu aroma característico, sendo desta forma que os romanos o apelidavam.

Andreia Gama

O alecrim encontra-se principalmente em matos rasteiros mediterrânicos, onde aparecem também os tomilhos (Thymus sp.), assim como alguns tojos (Ulex sp.). Pertence a uma vasta família, as Labiatae (sin:Lamiaceae), família cosmopolita, com cerca de 7.000 espécies, sendo que em Portugal Continental está representada por mais de 95 espécies, com grande destaque para as plantas medicinais e aromáticas, como o manjericão (Ocimum basilicum) e salva (Salvia officinalis), por exemplo.

Originária da região mediterrânica, é cultivada em quase todos os países de clima temperado, de Portugal até à Austrália, sendo introduzida como ornamental (não necessita de cuidados especiais em jardins) e melífero. A sua flor é muita apreciada pelas abelhas produzindo desta forma um mel de extrema qualidade. Por esta razão, é muitas vezes plantada junto a apiários, de modo a influenciar o sabor do mel. Normalmente, ocorre entre os 0 e 1.500 metros de altitude, preferindo solos calcários. De porte subarbustivo lenhoso, perenifólio e ramos abundantes, pode atingir os 2 metros de altura.

Planta de aroma forte e agradável, pode ser utilizada com fins culinários (molhos, pão, massas, assados, etc.), medicinais e religiosos – o alecrim é queimado como incenso desde a antiguidade em templos e igrejas. Na Igreja Ortodoxa grega, o seu óleo tem sido utilizado para unção. Nos cultos de religiões de origem africana, o óleo do alecrim é utilizado em banhos e como incenso. A sua essência é também utilizada na perfumaria, por exemplo na água de colónia, contendo princípios activos que lhe conferem propriedades excitantes, tónicas e estimulantes.

É um arbusto aromático, com folhas semelhantes a agulhas dos pinheiros – lineares, coriáceas e muito aromáticas – e pequenas flores delicadas azuladas. Considerada a planta da memória, da amizade e do amor, é usada como planta medicinal e aromática há milhares de anos. Na Grécia antiga os estudantes utilizavam o alecrim no cabelo para melhorar a memória. Já Shakespeare o referiu em Hamlet – "Eis Alecrim, isto é para a memória". Na Idade Média eram colocados raminhos de Alecrim nas almofadas para afastar os maus espíritos. As noivas utilizavam-no para enaltecer o amor, e era igualmente utilizado nos funerais como promessa de que não se esqueceria a pessoa que falecera. De acordo com algumas crenças, se no jardim se tiver um vigoroso exemplar de alecrim, isso significa que a mulher é a matriarca desse lar. O alecrim pode, sem dúvida, ser muito benéfico para a saúde, pelo que toda a sua popularidade tem fundamento.

A sua utilização medicinal também é bastante vasta. Normalmente utilizam-se as flores e as folhas. É um estimulante digestivo que actua na falta de apetite, bem como contra a azia. É um estimulante do couro cabeludo, sendo recomendado para a queda de cabelo e caspa. Actua em problemas respiratórios (como catarros e obstrução nasal) e na debilidade cardíaca (cardiotónico). Devido às suas propriedades tónicas e estimulantes, actua em casos de exaustão física e mental. Anti-séptico, colagogo (aumenta a secreção da bílis no intestino devido à contracção muscular da vesícula biliar), diurético, anti-espamódico, cicatrizante (utilizado sobre a forma de pó, ajuda na cicatrização das feridas), protector hepático, anti-tumural, anti-depressivo, carminativo (ajuda na redução dos gases intestinais) e vasodilatador (substância que aumenta o calibre dos vasos, alongando as suas fibras musculares). As recomendações medicinais do alecrim são verdadeiramente imensas. Para além das já referidas, o alecrim está também indicado contra a anemia. Consta que a Rainha Isabel da Hungria, septuagenária e debilitada fisicamente, recuperou a saúde e rejuvenesceu graças ao Alecrim. Mas o alecrim é também utilizado na indústria alimentar pelas suas propriedades antioxidantes e conservantes. Contudo, utilizado em grandes dosagens, pode ser tóxico, causar aborto, sonolência, espasmos e irritação nervosa.

Independentemente de todas as suas propriedades medicinais referidas acima, proporciona uma excelente infusão aromática. Aproveite e nestes dias de frio delicie-se com uma chávena de chá de alecrim bem quente, e no fim sentirá que revigorou a alma e o corpo.

Ficha técnica

Família: Labiatae (Lamiaceae)
Género: Rosmarinus
Espécie: *Rosmarinus officinalis L.*
Nome vulgar: Alecrim; Alecrim-da-terra; Alecrinzeiro; Alicrizeiro; Rosmaninho
Aspecto: arbusto lenhoso, perenifólio, aromático, até 2 m de altura; ramos abundantes, erectos, castanhos.
Folhas: coriáceas, pequenas e finas, opostas, lanceoladas, sésseis; página superior verde e pontuado-rugosas, a página inferior é branco-tomentosa, com margem revoluta.
Flores: reúnem-se em cimeiras axilares racimiformes (semelhante a cachos), de cor azul ou esbranquiçada; floresce particularmente entre Janeiro e Maio.
Fruto: é um aquénio (seco, indeiscente e apenas uma semente).
Habitat: matos rasteiros mediterrânicos
Distribuição: região mediterrânica, sendo que em Portugal poderá ser encontrada em grande parte do território, muito especialmente no Centro e Sul de Portugal Continental.
Curiosidades:
Reza a lenda que quando Maria fugiu para o Egipto, levando no colo o menino Jesus, as flores do caminho iam-se abrindo à medida que a sagrada família passava por elas. O lilás ergueu os seus galhos orgulhosos e emplumados e o lírio abriu o seu cálice. O alecrim, sem pétalas nem beleza, entristeceu lamentando não poder agradar o menino. Cansada, Maria parou à beira do rio e, enquanto a criança dormia, lavou as suas roupinhas. Em seguida, olhou a seu redor, procurando um lugar para estendê-las. O lírio quebraria sob o peso, e o lilás seria alto demais! Então Maria colocou as roupas sobre o alecrim e ele suspirou de alegria, agradeceu de coração a nova oportunidade e sustentou as roupas ao Sol durante toda a manhã.
Obrigada, gentil alecrim! - disse Maria. - Daqui por diante ostentarás flores azuis para recordarem o manto azul que estou a usar. E não apenas flores te dou em agradecimento, mas serão aromáticos todos os galhos que sustentaram as roupas do pequeno Jesus.
"Eu abençoo suas folhas, caules e flores, e a partir deste instante terão aroma de santidade e emanarão saúde e alegria..."

A Pega-azul

A pega-azul é um dos membros mais coloridos da família dos corvídeos: a sua longa cauda e a plumagem azul e rosada tornam esta ave inconfundível. Esta espécie é também notável porque apresenta uma das mais singulares distribuições que se conhecem em todo o mundo. Fique a saber um pouco mais sobre esta ave.

NUNO BARRETO

Gonçalo Elias

A família dos corvídeos encontra-se representada em Portugal por sete espécies: o gaio, a pega-azul, a pega-rabuda, o corvo e três espécies de gralhas. De todas estas espécies, a pega-azul é a que tem a menor área de distribuição na Europa, ocorrendo unicamente na Península Ibérica.

Em Portugal a distribuição da pega-azul estende-se pelas zonas de influência mediterrânica e compreende quase toda a zona a sul do Tejo e também a franja oriental a norte deste rio. O limite norte da sua área de repartição deverá situar-se em Miranda do Douro.

A pega-azul frequenta zonas arborizadas com clareiras ou sem sub-bosque, nomeadamente pinhais de pinheiro-manso, azinhais, carvalhais e olivais. Também ocorre em matos e também em sebes, por exemplo alamedas de árvores ao longo das estradas. É uma espécie muito gregária, não sendo raro observar bandos com muitas dezenas de indivíduos. Alimenta-se de invertebrados, sementes e frutos. Entre os invertebrados, os mais importantes são os coleópteros (besouros e escaravelhos), bem como as formigas, as vespas, as larvas, as libelinhas e os caracóis.

Embora a pega-azul não se encontre actualmente ameaçada, é de assinalar que em Espanha se tem notado uma tendência regressiva desta espécie, devido principalmente à destruição de degradação do habitat e também à pressão de caça que lhe é movida, por causa dos danos que supostamente causa à agricultura e às espécies cinegéticas. No caso de Portugal não existem dados quantitativos sobre a tendência populacional.

Uma distribuição invulgar

A pega-azul tem uma distribuição singular, composta por dois núcleos bem definidos, separados entre si por quase 10 mil quilómetros. Um dos núcleos situa-se na Península Ibérica, abrangendo a maior parte do território português e a parte central e ocidental de Espanha. O segundo núcleo encontra-se no extremo oriente e estende-se pela China, pela parte oriental da Rússia, pela Península Coreana e pelo Japão.

LUCA BRACCI

Devido à singularidade desta distribuição chegou a ser colocada a hipótese, na década de 1960, que as aves presentes na Península Ibérica tivessem sido trazidas na época dos Descobrimentos por navegadores portugueses ou espanhóis como aves ornamentais ou de gaiola, que se teriam entretanto estabelecido em liberdade. Outra corrente defende que esta espécie terá, em tempos muito remotos, tido uma distribuição contínua, a qual foi posteriormente dividida nos dois núcleos acima referidos durante as glaciações pleistocénicas. A polémica em torno deste assunto manteve-se até finais do séc. XX. Contudo, há cerca de 10 anos, a descoberta, em Gibraltar, de fósseis atribuídos a esta espécie e cuja idade foi estimada em 44 mil anos, vieram dar razão aos defensores da segunda teoria.

Em face destes elementos, alguns autores e especialistas consideram que a população ibérica de pegas-azuis deveria ser promovida ao estatuto de espécie (Cyanopica cooki). Contudo, esta proposta não reuniu ainda o consenso de todos os especialistas, havendo quem sustente que são necessárias mais evidências sobre as características genéticas desta população antes de aprovar esta proposta.

Uma coisa é certa: a nível europeu esta espécie é um ícone da Península Ibérica e, talvez por isso, a Sociedade Portuguesa de Ornitologia (SPO), fundada na década de 1960, escolheu esta espécie como símbolo para a sua revista Cyanopica.

Onde observar a pega-azul

Sendo uma espécie de ampla distribuição e relativamente comum em Portugal, a pega-azul não é difícil de encontrar. No Algarve a espécie é muito comum na parte central da região. Um dos melhores locais para a observar é a Quinta do Lago, pois aqui a espécie é frequente ao longo dos arruamentos que percorrem a zona. Também pode ser vista na vizinha zona de Vale de Lobo e, mais para oeste, na ria de Alvor.

No Baixo Alentejo, a pega-azul está presente em pinhais e azinhais, sendo muito comum por exemplo nas zonas de Grândola e Ferreira do Alentejo. Também é frequente na margem esquerda do Guadiana, nomeadamente nos olivais dos concelhos de Moura, Serpa e Mértola. No Alto Alentejo é relativamente mais escassa, excepto no extremo norte, junto ao rio Sever, onde é bastante abundante.

Na região de Lisboa, esta espécie é menos comum, sendo a serra da Arrábida o melhor local para ver este corvídeo.

A norte do rio Tejo a espécie distribui-se apenas ao longo de uma estreita faixa com cerca de 50 km de largura ao longo da fronteira, mas pode ser localmente abundante. Na Beira interior, por exemplo, é muito comum na zona do Tejo Internacional e, mais para norte, nas zonas raianas de Vilar Formoso e em Celorico da Beira. Também é frequente junto ao rio Douro, nomeadamente em Pocinho e Barca d'Alva. Em Trás-os-Montes é claramente mais rara, mas pode ser vista em pequenos números ao longo do Douro Internacional.

Ficha técnica:

Nome vulgar: Pega-azul
Outros nomes vernáculos: Charneco, Rabilongo
Nome científico: *Cyanopica cyanus*
Dimensão: 40-50 cm (incluindo 20-30 cm da cauda)
Descrição: partes superiores rosadas, cauda e asas azuis, barrete preto, partes inferiores brancas; a cauda longa permite facilmente identificá-la em voo.
Espécies semelhantes: a pega-rabuda, que também tem uma longa cauda, é bastante maior e identifica-se facilmente pela plumagem preta e branca.
Habitat: surge invariavelmente associada a zonas florestadas, sendo rara observá-la longe de árvores; prefere zonas com clareiras ou sem estrato arbustivo.
Distribuição: a sul do Tejo tem uma distribuição ampla, que vai desde a península de Setúbal até à fronteira espanhola e desde o norte alentejano até ao Algarve; a norte do Tejo ocorre sobretudo ao longo da raia, numa faixa com cerca de 50 km de largura, que se estende para norte através da Beira interior até à cidade transmontana de Miranda do Douro.
Estatuto migratório: Sobretudo residente; no Inverno pode formar bandos com muitas dezenas de indivíduos e efectuar alguns movimentos dispersivos

Legislação Ambiental

ÁGUA

• **DR 209 SÉRIE I de 2008-10-28**
Decreto-Lei n.º 208/2008 - MAOTDR
Estabelece o regime de protecção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/118/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à protecção da água subterrânea contra a poluição e deterioração

• **DR 222 SÉRIE I de 2008-11-14**
Decreto do Presidente da República n.º 147/2008 - PR
Ratifica o Protocolo de Revisão da Convenção sobre Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (Convenção de Albufeira) e o Protocolo Adicional
Resolução da Assembleia da República n.º 62/2008 - AR
Aprova o Protocolo de Revisão da Convenção sobre cooperação para a protecção e o aproveitamento sustentável das águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (Convenção de Albufeira) e o Protocolo Adicional

• **DR 227 SÉRIE I de 2008-11-21**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Magos e a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Salvaterra de Magos
Resolução do Conselho de Ministros n.º 170/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Idanha
Resolução do Conselho de Ministros n.º 171/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira da Tapada Pequena e a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho de Mértola
Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal
Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Vale de Gaio
Resolução do Conselho de Ministros n.º 174/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento das Albufeiras do Funcho e do Arade

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/CAÇA/PESCA

• **DR 215 SÉRIE I de 2008-11-05**
Decreto Legislativo Regional n.º 44/2008/A – RAA - AL
Cria o Parque Natural da Ilha do Corvo
Decreto Legislativo Regional n.º 45/2008/A – RAA - AL
Cria o Parque Natural da Ilha Graciosa

• **DR 217 SÉRIE I de 2008-11-07**
Decreto Legislativo Regional n.º 46/2008/A – RAA - AL
Cria o Parque Natural da Ilha do Faial
Decreto Legislativo Regional n.º 47/2008/A – RAA - AL
Cria o Parque Natural da Ilha de Santa Maria

• **DR 226 SÉRIE I de 2008-11-20**
Portaria n.º 1338/2008 - MADRP
Aprova o Regulamento de Gestão e Apoios do Fundo Florestal Permanente

• **DR 226 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2008-11-20**
Portaria n.º 1339-A/2008 - MADRP
Estabelece os termos da aplicação das medidas aprovadas pela Norma Internacional para as Medidas Fitossanitárias n.º 15 da FAO, relativas a material de embalagem de madeira não processada, estabelece as exigências a que as empresas transformadoras se devem sujeitar, e as competências de fiscalização da actividade e do cumprimento das medidas de protecção fitossanitária

• **DR 228 SÉRIE I de 2008-11-24**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte
Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional
Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo
Resolução do Conselho de Ministros n.º 178/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica
Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho
Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas
Resolução do Conselho de Ministros n.º 181/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António
Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado
Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2008 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento da Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor

• **DR 229 SÉRIE I de 2008-11-25**
Decreto Regulamentar n.º 18/2008 - MAOTDR
Cria a Zona de Protecção Especial de Torre da Bolsa

• **DR 232 SÉRIE I de 2008-11-28**
Portaria n.º 1369/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal de Lomba, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Vilar de Lomba e São Jumil, município de Vinhais (ZIF n.º 37, processo n.º 154/07-AFN)

• **DR 233 SÉRIE I de 2008-12-02**
Portaria n.º 1375/2008 - MADRP
Cria, na área da Direcção Regional de Florestas do Alentejo, a área de refúgio designada por Aguilhão, sita na freguesia de Capelins, município de Alandroal (processo n.º 1771-AFN)
Portaria n.º 1376/2008 - MADRP
Cria a zona de intervenção florestal da Terra Chã, englobando vários prédios rústicos da Bobadela, Lagares da Beira, Lajeosa, Lagos da Beira, Meruje, Nogueira do Cravo, Oliveira do Hospital, Penalva de Alva, São Paio de Gramaços e Travanca de Lagos, concelho de Oliveira do Hospital (ZIF n.º 35, processo n.º 051/06 - AFN)

• **DR 235 SÉRIE I de 2008-12-04**
Portaria n.º 1405/2008 - MADRP
Procede à alteração das Portarias n.os 1239/93, de 4 de Dezembro, 123/2001, de 23 de Fevereiro, 1194/2003, de 13 de Outubro, 431/2006, de 3 de Maio, e 1509/2007, de 26 de Novembro, fixa os montantes das taxas devidas por serviços prestados pela Autoridade Florestal Nacional

• **DR 240 SÉRIE I de 2008-12-12**
Decreto do Presidente da República n.º 153/2008 - PR
Ratifica o Acordo Internacional de 2006 sobre as Madeiras Tropicais, adoptado em Genebra em 27 de Janeiro de 2006
Resolução da Assembleia da República n.º 64/2008 - AR
Aprova o Acordo Internacional de 2006 sobre as Madeiras Tropicais, adoptado em Genebra em 27 de Janeiro, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/POLUIÇÃO DO AR

• **DR 206 SÉRIE I de 2008-10-23**
Decreto-Lei n.º 206/2008 - MEI
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 62/2006, de 21 de Março relativo à promoção da utilização de biocombustíveis ou de outros combustíveis renováveis nos transportes

• **DR 207 SÉRIE I de 2008-10-24**
Declaração de Rectificação n.º 64/2008 – PCM - CJ
Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico
Rectifica o Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de Agosto, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que estabelece o regime jurídico relativo à prevenção e controlo integrados da poluição

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

• **DR 198 SÉRIE I de 2008-10-13**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Santa Maria da Feira, pelo prazo de dois anos, com vista à implementação do Parque Empresarial da Cortiça
Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director

Legenda
AR - Assembleia da República
MADRP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MAI - Ministério da Administração Interna
MAOTDR - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
MDN – Ministério da Defesa Nacional
MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEI - Ministério da Economia e da Inovação
MFAP – Ministério das Finanças e Administração Pública
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MOPTC - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MS – Ministério da Saúde
MTSS - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
PCM - Presidência do Conselho de Ministros
PR – Presidência da República
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
RAA – SGAM – Região Autónoma dos Açores – Secretaria Geral do Ambiente e do Mar
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Fonte: Diário da República Electrónico Sumários (http://dre.pt/)

Municipal da Covilhã, pelo prazo de dois anos, com vista à implementação do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo

• **DR 204 SÉRIE I de 2008-10-21**
Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2008/A – RAA - PG
Suspende parcialmente o Plano Director Municipal da Horta

• **DR 205 SÉRIE I de 2008-10-22**
Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2008/A – RAA - PG
Suspende parcialmente o Plano Director Municipal de Angra do Heroísmo

• **DR 208 SÉRIE I de 2008-10-27**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 164/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Santa Maria da Feira, pelo prazo de dois anos, com vista à implementação do parque empresarial de recuperação de materiais

• **DR 218 SÉRIE I de 2008-11-10**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2008 - PCM
Prorroga, por um ano, a suspensão do Plano Director Municipal de Matosinhos estabelecida pelo Decreto Regulamentar n.º 20/2006, de 21 de Novembro, com vista à implementação da Plataforma Logística Portuária de Leixões

• **DR 230 SÉRIE I de 2008-11-26**
Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2008/A – RAA - PG
Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha das Flores e o respectivo Regulamento

• **DR 231 SÉRIE I de 2008-11-27**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 190/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal do Fundão, pelo prazo de dois anos, com vista à implementação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Silvares

• **DR 232 SÉRIE I de 2008-11-28**
Portaria n.º 1356/2008 – MAOTDR; MEI; MADRP; MOPTC
Estabelece as condições para a viabilização dos usos e acções referidas nos n.os 2 e 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto

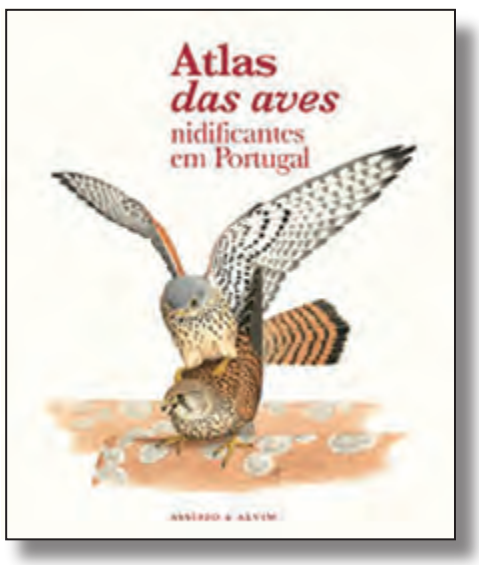
• **DR 239 SÉRIE I de 2008-12-11**
Resolução do Conselho de Ministros n.º 192/2008 - PCM
Ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Lisboa, pelo prazo de dois anos, com vista à implementação do Plano de Pormenor da Baixa Pombalina

OUTROS

• **DR 223 SÉRIE I de 2008-11-17**
Portaria n.º 1320/2008 – PCM; MEI; MADRP
Estabelece os requisitos específicos de instalação, classificação e funcionamento dos parques de campismo e de caravanismo
Decreto-Lei n.º 222/2008 - MS
Transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 96/29/EURATOM, do Conselho, de 13 de Maio, que fixa as normas de segurança de base relativas à protecção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes.

Leitura ecológica

Atlas das aves nidificantes em Portugal



Este livro reúne uma informação completa sobre as aves nidificantes em Portugal. Cuidadosamente organizado por especialistas do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), inclui informação detalhada sobre cada ave — características, distribuição mundial, europeia e em Portugal —, assim como belíssimas ilustrações a cores de vários artistas.
Um manual para estudantes, estudiosos e especialistas desta área da Biologia e um instrumento útil e completo para os curiosos.

Preço de Capa: 65€
Preço assirio.com: 58.5€

Este livro pode ser adquirido através do sítio: http://www.assirio.pt/livro.php?codigo=211007

internet Links

EURONATURA

A EURONATURA - Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado é uma organização sem fins lucrativos equiparada a organização não-governamental de ambiente, especializada em investigação em ciência, política e direito de ambiente, particularmente no respeitante a matérias de cariz internacional. Fundada em 1997, a EURONATURA tem desenvolvido o seu trabalho em 3 grandes áreas programáticas fundamentais: Ciência e Política das Alterações Climáticas; Águas Internacionais e Economia e Ambiente.
http://www.euronatura.pt

Madeirastop
O sítio Madeirastop foi constituído com o propósito de dar a conhecer o projecto de construção de um teleférico, que o Governo Regional da Madeira pretende levar a cabo na zona do Rabaçal, Calheta – Madeira, e mostrar que este mesmo projecto é desadequado e irá degradar toda a área abrangida e paisagem envolvente.

http://www.madeirastop.com

Conselho ambiental

A água oculta

IDALINA PERESTRELO

A água é um dos bens mais preciosos que temos à nossa disposição. Como é sabido, a água potável representa apenas cerca de 3% da quantidade total de água que existe no planeta, e mesmo essa pequena quantidade está, na sua larga maioria, armazenada na forma de gelo nos pólos.
Preservar este recurso evitando o seu desperdício e prevenindo a sua contaminação é, por todas as razões, um elemento estratégico para a sobrevivência da espécie humana, bem como da biodiversidade em geral.
Contudo, diferentes países têm pegadas diferentes. Quando comparamos a nossa pegada ecológica da água, ou seja, a água de que precisamos para produzir tudo o que consumimos, verificamos que Portugal tem uma das maiores pegadas em todo o mundo. Claro que a questão climática também não ajuda, uma vez que a produção agrícola depende, em larga medida, de sistemas de rega, mas há também muito desperdício que poderia ser evitado, quer na agricultura quer noutras áreas. A título de exemplo, a pegada média mundial é de 1240 m3/cap/ano enquanto a pegada portuguesa é quase o dobro: 2260 m3/cap/ano.
Mas para compreendermos de forma mais concreta o nosso papel no uso regrado deste recurso escasso e fundamental, não basta olhar para a nossa factura mensal. Desde logo porque consumimos água em vários contextos e não apenas na nossa casa. Mas também porque o nosso dia-a-dia está muito marcado pelo que alguns autores denominam a pegada virtual da água. Em suma, trata-se da quantidade de água que é necessária para produzir e trazer até nós os bens e serviços de que necessitamos e de que fazemos uso.
Por exemplo quando bebemos um café, fazemos um prato de arroz, de massa, ou compramos pão, raramente pensamos na água que cada um destes alimentos incorpora. Por exemplo, segundo a página na Internet http://www.waterfootprint.org/ estima-se que para produzir 1 kg de arroz são necessários 3 mil litros de água, 1 kg de trigo 1300l e a mesma quantidade de milho implica um gasto de 900 litros.
Também a produção de proteína animal tem um forte impacto em termos de consumo de água (mesmo não levando em linha de conta o impacto que muitas vezes tem na sua poluição). Produzir 1kg de galinha ou frango pode implicar um gasto de 3900 litros de água, no caso do porco estaremos a falar de quase 5 mil litros, ao passo que se formos para a carne de vaca ultrapassamos os 15 mil litros por kg de carne produzido.
Neste contexto, adoptar uma alimentação tendencialmente de base vegetariana permite, para além de reduzir o impacte sobre o solo, sobre a biodiversidade, sobre a energia e sobre as alterações climáticas, poupar água. Outra boa forma de poupar água é evitar desperdiçar alimentos, sejam eles quais forem. De cada vez que deitamos arroz, trigo ou milho fora porque cozinhámos a mais ou porque entretanto se estragou, também estamos a desperdiçar água, para além de outros recursos ambientais.
De facto, não é preciso muito para darmos um contributo efectivo em termos da preservação do recurso água, ao mesmo tempo que também conseguimos poupar algum dinheiro.
Junte este cuidado às práticas habituais de uso racional da água e inicie da melhor forma o novo ano! Susana Fonseca

Bogui, o peixinho saltador

Um conto da natureza

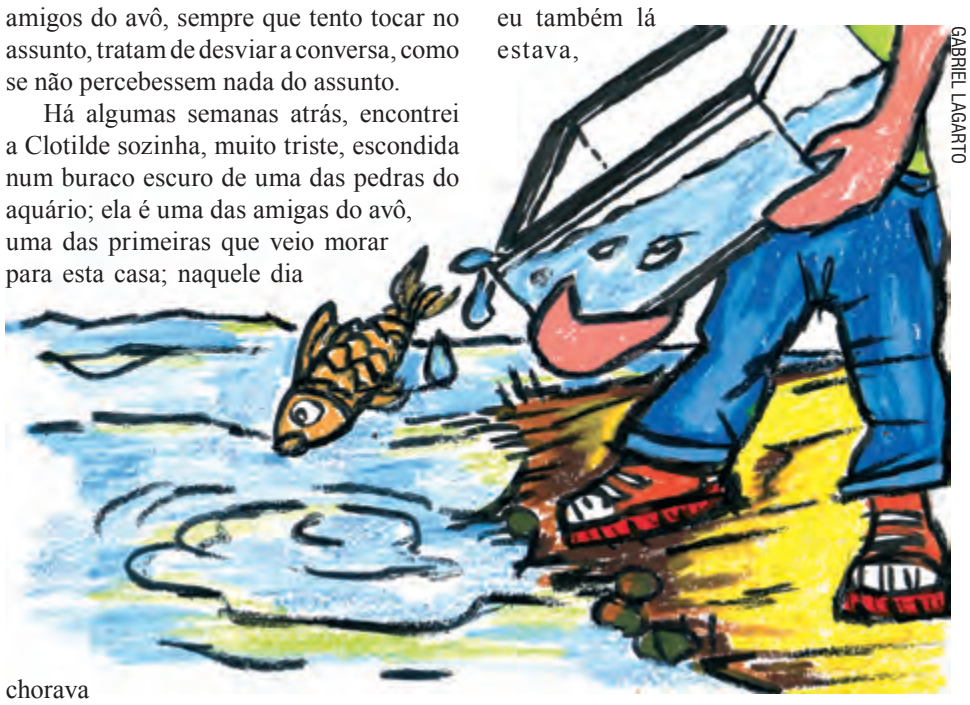
escrito por
Alexandrina Pipa

Olá! Eu sou o Bogui, mais conhecido entre os amigos por "o saltador". Vivo com a minha família e amigos num grande aquário.

Não é mau viver aqui; todos os dias vêem humanos tratar de mim e de todos os outros peixes que vivem comigo; dão-nos a comer larvas de mosquito e outras refeições muito saborosas.

Eu cá gosto dos humanos! Dão-nos muitas coisas boas e estão sempre a limpar o aquário, a mudar a água e têm muitos cuidados connosco. Não percebo porque é que o meu avô e alguns amigos dele desconfiam dos Humanos "eles são perigosos meu rapaz!", diz o avô sempre que lhe pergunto porque é que ele e os amigos mais velhos se escondem por detrás das pedras do aquário sempre que algum humano aparece por perto. Já os amigos do avô, sempre que tento tocar no assunto, tratam de desviar a conversa, como se não percebessem nada do assunto.

Há algumas semanas atrás, encontrei a Clotilde sozinha, muito triste, escondida num buraco escuro de uma das pedras do aquário; ela é uma das amigas do avô, uma das primeiras que veio morar para esta casa; naquele dia chorava e tinha a respiração muito ofegante; estava quase descontrolada. Tive pena dela! Então, nadei devagarinho, para não a assustar, até estar muito perto dela; podia sentir-lhe as brânquias a abrir e fechar muito rapidamente; percebi que estava nervosa. - O que se passa contigo? Perguntei-lhe eu de mansinho, ao mesmo tempo que lhe afagava a cabeça com a minha barbatana esquerda.


GABRIEL LAGARTO

Não é nada, saltador! - Respondeu-me ela, num tom de quase ralhar. - Vai à tua vida; vai! És jovem, não tens nada com que te preocupar, ainda tens muito sangue na guelra… aproveita e diverte-te enquanto podes.

Na verdade a Clotilde sempre foi uma velha bastante meiga, tinha sempre muita paciência para nós os mais novos, mas agora estava realmente chateada, não queria conversa. Mas o que é que tens? – insisti eu na esperança de a desarmar daquele mau humor. - É…é… São saudades. Saudades!?? - espantei-me, - Mas saudades de quem, Clotilde? Sempre tínhamos vivido todos naquela casa, pensei eu; nos últimos tempos não tinha de lá saído ninguém que não tenha voltado nos dias seguintes. – Saudades da minha casa! Casa???, mas estás em tua casa. - Respondi-lhe eu. - Não metas o nariz onde não és chamado! Está bem? Ralhou-me ela enquanto me empurrava, afastando-me com a cabeça. - São coisas do passado, não te dizem respeito, disse ainda, enquanto se afastava e nadava com visível esforço para outro canto do aquário, bem longe de mim. Coitada! Aquilo é velhice, nada do que diz faz sentido. - Pensei.

Naquele dia não voltei a pensar na pobre Clotilde, alinhei numas corridas aqui com o resto da rapaziada, comi que nem um texugo e mais uma vez fui aquele que conseguiu saltar mais alto num dos nossos concursos de salto. Estão a ver porque é que me chamam o saltador, não estão? É lógico...

Depois das luzes se apagarem, estava cansado do dia intenso e adormeci quase logo.

Foi durante o sono que voltei a ver a Clotilde, em sonhos, claro. Ela era muito mais jovem do que aquilo que é hoje, e nadava livre num grande rio, em águas límpidas, numa corrente suave, e saltava, saltava ao mesmo tempo que dava gargalhadas de felicidade. Todos saltávamos. Sim, porque no sonho eu também lá estava, estavam lá todos aqueles que vivem aqui no aquário comigo e muitos outros de outras cores e aspectos, que eu nunca conheci. Sabem como são os sonhos não é? A realidade e a ficção misturam-se de forma incompreensível. Seria aquela a casa de que a velha Clotilde falava? No sonho também eu me sentia em casa, era estranho, era como se sempre tivesse vivido ali. Conhecia as margens do rio, as sombras das árvores grandes, e as grandes raízes que formavam autênticos labirintos onde brincávamos às escondidas, parecia um mundo perfeito. De repente, uma sombra apoderou-se do meu sonho, ficou tudo escuro, eu não conseguia respirar. Era assustador, tive imenso medo, ouvia outros peixes a chapinharem aflitos, Mãaaaaaaeeee! Gritei o mais alto que podia. Acordei a suar e a tremer, tinha sido um sonho tão intenso, quase parecia real.

Devo ter gritado mesmo, porque quando abri os olhos estava toda a família acordada à minha volta. - Descansa filho, foi só um pesadelo. – Assegurou-me a minha mãe, enquanto tocava com a boca nas minhas barbatanas dorsais, para que eu me acalmasse. Voltei a dormir, tinha muito sono.

No dia seguinte voltei a procurar a Clotilde para lhe falar do meu sonho, mas não a encontrei em nenhum canto ou buraco do aquário, perguntei a vários peixes e ninguém me quis contar o que tinha acontecido à velha Clotilde.

Foi então que decidi fazer uma investigação a sério neste aquário, tinha que haver um grande segredo para todos me esconderem daquela maneira o que se tinha passado com a Clotilde, e evitarem responder às minhas perguntas sobre os Humanos.

Depois de muitas perguntas sem resposta feitas por todo o aquário à população mais velha, fui ter com o Sábio Julião; ele é um dos velhos residentes; diziam por aqui que ele era o único peixe capaz de compreender a linguagem dos Homens.

Contei ao Sábio o meu sonho e aquilo que se tinha passado no dia anterior com a Clotilde. E pedi: - Por favor, Sábio, não digas que não se passa nada com a nossa espécie, porque eu sei que há aqui Mistério! - Então o Sábio fez um grande silêncio. Só a barbatana caudal dele mexia um pouco para manter o equilíbrio dentro de água, fez um silêncio tão grande que eu receei que não fosse voltar a falar. Já abria a boca para repetir o que tinha acabado de lhe dizer, mas desta vez num tom mais alto, podia ser que ele não me tivesse ouvido – pensei. Foi então que ele fez um pequeno e demorado gesto com a cabeça e falou: - A Clotilde tem razão, esta não é a nossa casa, nem a tua; o que se passou contigo esta noite não foi só um sonho. Não? Perguntei, estava surpreendidíssimo com aquela conversa, tive que me encostar à parede do aquário para o poder continuar a ouvir, sentia as minhas brânquias a abrirem e a fecharem com mais velocidade, é dos nervos - Pensei. - Calma, jovem curioso, não me interrompas. – Pediu o Sábio, levantando a barbatana direita, fazendo sinal para que o ouvisse.

Há muito tempo atrás a nossa espécie vivia feliz, tal como no teu sonho, num grande rio, as águas eram límpidas e puras, até que um dia, o Homem começou a mexer nas margens do rio, alargou-as, cortou as árvores nuns sítios, arrancou-as, e deixámos de ter sombra; depois, começou a construir grandes casas e fábricas perto do rio, faziam um barulho ensurdecedor com as máquinas. Na mesma altura o Homem explorou toneladas e toneladas de areia do nosso rio. Mas, pior ainda, depois das casas e fábricas construídas, o Homem ligou grandes canos até ao rio e começou a deitar para lá, para a nossa casa, os esgotos das casas e das fábricas deles. Foi aí,… foi aí que, tal como no teu sonho, nós ficámos todos doentes, muitos não resistiram, outros, como eu e aqueles mais velhos que estão neste aquário tiveram a sorte de terem sido salvos por Homens que gostam muito da natureza e trouxeram-nos para aqui com a promessa de limpar o rio, tratar as águas e voltar a levar-nos para casa. Até agora essa promessa ainda não foi cumprida. Nem eu, sábio, sei se posso ou não confiar nos Homens. Mas, Bogui, meu rapaz, agora que sabes tudo, tens que me prometer que não contas nada a ninguém, pela felicidade de toda a comunidade do aquário.

- Prometo! Respondi ainda atordoado pela verdade.

O Sábio disse-me também que a pobre Clotilde tinha sido levada naquela manhã pelos Homens para o hospital, estava muito doente, que não sabia se iria ou não conseguir resistir.

Agora compreendo porque é que os mais velhos fogem dos Homens: não sabem quando é que podem confiar neles.

Sabem que mais!???

Também quero ir para casa, para aquela onde eu pertenço mesmo.

Pagamento de Quotas

A Direcção Nacional apela a todos os associados para regularizarem o pagamento de quotas em atraso.
O pagamento pode ser efectuado em cheque ou vale postal ou ainda por transferência bancária (neste caso contacte primeiro a Gestão de Sócios para mais informações).
Mais se informa que em 2009 as quotas manterão o mesmo valor de 2008.
Para qualquer esclarecimento contactar ***Gestão de Sócios através do e-mail****: gestaosocios@quercus.pt*

Mais Notícias com a nova "newsletter" da Quercus-ANCN

Com o objectivo de proporcionar mais informação aos associados e simpatizantes da Quercus tem sido editado já há algum tempo o "Boletim Quercus". Esta edição semanal está associada ao site da Quercus e é simples de subscrever, basta registar o endereço de e-mail em www.quercus.pt.

LISTAS DE DISCUSSÃO TEMÁTICAS PARA SÓCIOS – INSCREVA-SE

No sentido de possibilitar a troca de informações e pontos de vista sobre diversas áreas e tendo em consideração que nem todos os sócios têm o mesmo tipo de interesses nem a mesma disponibilidade para receber emails, foi recentemente criado um conjunto de listas de discussão temáticas. Presentemente existem apenas três, mas outras poderão ser criadas, sendo que nessa altura serão comunicadas as instruções para quem se quiser inscrever.

Cada lista temática tem um moderador, devendo o pedido de inscrição ou qualquer outro pedido de natureza semelhante ser dirigido para o seu correio electrónico de contacto. Cada sócio poderá inscrever-se apenas numa ou em todas as listas temáticas indicando o seu nome completo e número de sócio a cada um dos moderadores.

LISTAS DISPONÍVEIS

listaquercusinterna@quercusancn.pt
Moderador: Francisco Ferreira – franciscoferreira@quercus.pt

listaenergiaclima@quercusancn.pt
Moderador: Francisco Ferreira – franciscoferreira@quercus.pt

listaquimicos@quercusancn.pt
Moderador: Susana Fonseca – susanafonseca@quercus.pt

Mecenas Principal:

REN Redes Energéticas Nacionais

Mecenas:

2ndmarket
Os seus resíduos em boas mãos!

Fotocopie e envie para QUERCUS A.N.C.N. – Apartado 230 • 7801-903 Beja

QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios: Apartado 230 • 7801-903 Beja
E-mail: quercusbeja@netc.pt • Telf.: 284 321 326
Núcleos: Algarve • Aveiro • Beja e Évora • Braga • Bragança • Castelo Branco • Coimbra e Viseu • Cova da Beira/Covilhã • Funchal/Madeira • Guarda • Lisboa • Litoral Alentejano • Ribatejo e Estremadura • Portalegre • Porto • Setúbal • S. Miguel/Açores • Ilha Terceira • Viana do Castelo • Vila Real

A preencher pela QUERCUS
Nº Sócio Estatuto
/
Núcleo Data
/

Boletim de Admissão a Sócio

Nome
Sexo (F/M)
Morada
Localidade C.P. -
Concelho Distrito País
Telefone Fax E-Mail
BI nº Data Nasc. / / Nacionalidade
Profissão
Data Assinatura
QUOTA mínima anual – Até 16 anos: 8 Euros • Estudantes (até aos 25 anos): 13 Euros • Adultos: 20 Euros • Colectivos: 45 Euros
Forma de Pagamento: Numerário, Cheque/Vale Postal nº _____ Banco _____ Valor _____
A preencher pela QUERCUS Recebido – núcleo / CEA / etc. Receptor da Inscrição

Quercus ambiente

Ficha Técnica

Propriedade: Quercus – Associação de Conservação da Natureza
Morada: Centro Associativo do Calhau • Bairro do Calhau • 1500-045 Lisboa
Telefone: 21-778 84 74 • **Fax:** 21-778 77 49
E-mail Quercus Ambiente:jornal@quercus.pt
Site Quercus: www.quercus.pt
Director: Helder Spínola
Coordenador de produção: Susana Fonseca
Direcção Editorial: Idalina Perestrello
Marketing: Marcos Bartilotti
Grafismo: Liliana Fernandes
Colaboraram neste número: Alexandrina Pipa; Ana André; Ana Cristina Costa; Ana Dinis; Ana Isabel Abrantes; Ana Luísa Fernando; Ana Luísa Teixeira; Andreia Gama; António Meireles; Benilde Mendes; CIR – Centro de Informação de Resíduos; Daniel Martins; Débora Carneiro; Direcção Nacional da Quercus; Ecocasa; Eurico Costa; Gonçalo Elias; Hélder Spínola; Idalina Perestrelo; Joana Andrade; João Moreira; José Miguel Moreira; José Paulo Martins; Márcia Ferreira; Núcleo Regional de Aveiro da Quercus; Núcleo Regional de Braga da Quercus; Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus; Núcleo Regional de Portalegre da Quercus; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Nuno Gomes de Oliveira; Paulo Lucas; Paulo Monteiro; Raimundo Quintal; Sandra Oliveira; Sara Campos; SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves; Sofia Vilarigues; Susana Fonseca; Zoomarine.
Fotos capa: Albert Steen-Hansen (AS-H); Embar; Idalina Perestrelo (IP); Sofia Vilarigues (SV)
Fotos: Adene; Ana André; Ana Cristina Costa; António Frazão; Ecosanto.files.wordpress.com; EMBAR; Domingos Patacho; Gabriel Lagarto; Gonçalo Oliveira; Hélder Spínola; Idalina Perestrelo; José Paulo Martins; Júlio Caldas; Luca Bracci; Luís Avelar; Liliana Fernandes; nac ionalonline.wordpress.com; Nuno Barreto; Nuno Sequeira; Paulo Lucas; Paulo Monteiro; Pedro Monteiro; Raimundo Quintal; Sofia Vilarigues; Tânia Abreu; Tereza Castro; Transtroia; UTAD; www.setubalpeninsuladigital.pt Zoomarine.
Impressão: Mirandela Artes Gráfica
Tiragem: 10 000 exemplares
Depósito Legal nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Passeio de barco para Observação de Aves

Estuário do Tejo – sábado, 14 de Março de 2009

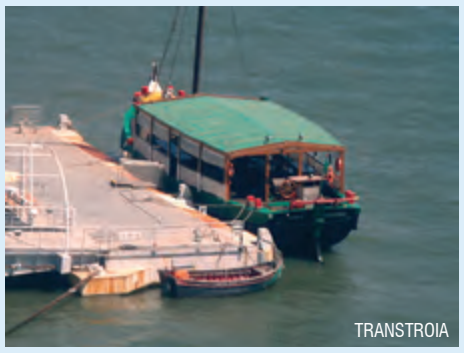
Situado às portas de Lisboa, o estuário do Tejo é uma das zonas húmidas mais importantes da Europa. Aqui encontram refúgio milhares de aves aquáticas, desde garças e flamingos, até gansos, alfaiates, tarambolas e muitos outros. Março é um mês de migração, em que às aves invernantes se juntam muitas outras, que por aqui passam no seu regresso de África e por isso é particularmente favorável à observação de uma grande diversidade de espécies.

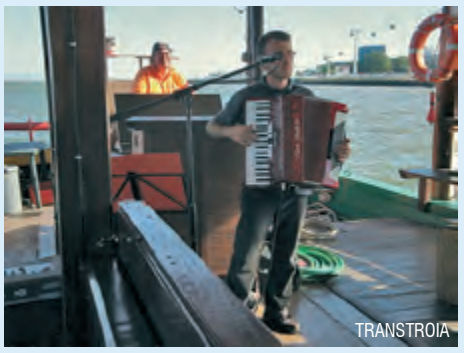
DOMINGOS PATACHO

DOMINGOS PATACHO

A Quercus, em conjunto com a empresa Transtróia, convida-o a participar num passeio de barco para visitar a zona dos Mouchões a bordo do "Castro Júnior", um antigo barco varino com 70 anos de viagens e um longo historial: já transportou sal, bacalhau, lenha e ferro. Adaptado às novas funções, é uma das unidades da frota da Transtróia, empresa vocacionada para passeios no Tejo e no Sado. Neste passeio haverá oportunidade para observar de perto muitas das aves aquáticas que aqui ocorrem.

Aceite o desafio e venha connosco ver as aves do estuário do Tejo, um dos mais importantes locais de ocorrência de aves aquáticas migradoras.


TRANSTROIA


TRANSTROIA

TRANSTROIA

O encontro será no Cais do Parque das Nações, em Lisboa, junto ao Pavilhão Atlântico, com o seguinte programa:
⇨ Recepção dos participantes e embarque às 9 horas
⇨ Partida às 9h30
⇨ Regresso previsto para as 13 horas.

Preços e inscrições:
◈ **Sócios da Quercus** – 20 euros
◈ **Não sócios** – 25 euros
Pré-inscrições até 31 de Janeiro de 2009 – devem ser feitas por e-mail para o endereço quercus.actividades@gmail.com, indicando o nome das pessoas interessadas e, no caso de serem sócios da Quercus, o respectivo número de sócio; deve igualmente indicar-se um contacto de e-mail e telefone. Esta pré-inscrição não obriga a qualquer pagamento.
Confirmação da inscrição e pagamento – de 1 a 10 de Fevereiro de 2009 – a ser feito por transferência bancária em moldes a anunciar
Nota: os menores de idade só se poderão inscrever desde que acompanhados por um adulto.